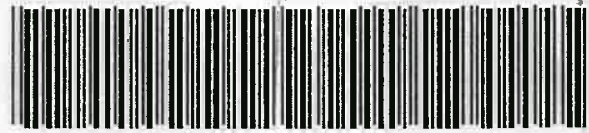


Biblioteca – Ministério da Justiça e Segurança Pública



MJU00081464C22

Filhas do Mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro deriva de uma pesquisa realizada pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES)/FIOCRUZ, sobre a realidade de uma instituição de internação feminina destinada ao cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, que recebeu apoio institucional e financeiro da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH) do Ministério da Justiça.

Partindo da constatação de que a condição feminina é fator de insegurança pessoal, de vitimização e exploração, desde a infância até a vida adulta, é relevante desvendar as especificidades do fenômeno para que o poder público e a sociedade proporcionem as condições de atendimento às jovens autoras de ato infracional e, sobretudo, de implementação de ações de prevenção à violência intra-familiar.

A pesquisa em referência complementa o estudo realizado pelo Claves em 1999, também com o apoio da SEDH/MJ, sobre a gênese da violência praticada por adolescentes do sexo masculino, que resultou na publicação de *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta*, ampliando as bases para a compreensão da questão da violência que tem o segmento juvenil como autor ou vítima.

Na convicção de que *Filhas do Mundo* será de grande valia para todos os que buscam saídas para a superação da violência nas mais variadas formas de manifestação, registro a satisfação desta Secretaria por haver contribuído para a publicação deste Sumário Executivo.

Gilberto Vergne Saboia
Secretário de Estado dos Direitos Humanos

Menção honrosa do Prêmio Sócio-Educando, pela pesquisa *Filhas do Mundo - Infração Juvenil Feminina no Rio de Janeiro*, refletindo importante contribuição para o fortalecimento e a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, concedido pela ANDI, BNDES, Fundação Educar DPaschoal, ILANUD e UNICEF, em novembro de 2000.



Filhas do Mundo

Infração Juvenil Feminina no Rio de Janeiro

Sumário Executivo

342.1157
A848f

Dep. Legal

Ministério da Justiça
Estado dos Direitos Humanos



Simone Gonçalves de Assis
Patrícia Constantino

Filhas do Mundo

Infração Juvenil Feminina no Rio de Janeiro

659332

Sumário Executivo



Ministério da Justiça
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos



342.1157
A 8487
Dep. Legal

MJ - BIBLIOTECA

A pesquisa *O Universo das Jovens Infratoras: motivações para o ato infracional e propostas de estratégias de prevenção e atuação*, que deu origem a este livro, foi desenvolvida no Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli. Contou com o apoio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), além de bolsa de apoio técnico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do Programa Integrado de Bolsistas de Iniciação Científica (Pibic) do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em conjunto com a Fiocruz.

Menção honrosa do Pêmio Sócio-Educando, pela pesquisa *Filhas do Mundo - Infração Juvenil Feminina no Rio de Janeiro*, refletindo importante contribuição para o fortalecimento e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, concedido pela ANDI, BNDES, Fundação Educar DPaschoal, ILANUD e UNICEF, novembro de 2000.

Equipe de pesquisadores

Simone Gonçalves de Assis – Ph.D. – Coordenação
Patrícia Constantino – Mestranda em saúde pública
Joviana Quintes Avanci – Especialista em psicossomática
Fernanda de Carvalho Vecchi Alzuguir – Graduada em psicologia

Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e
Saúde Jorge Careli
Av. Brasil, 4.036, sala 700 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 290-4893
e-mail: claves@claves.fiocruz.br

Programação visual: Carlota Rios e Adriana Costa e Silva
Editoração eletrônica: Ramon Carlos de Moraes
Preparação de originais e revisão: Irene Ernest Dias



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	13
1 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MENINA INFRATORA	25
2 – “A VIDA DO CRIME NÃO É A VIDA DO CREME”: GÊNERO, INFRAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO	45
UM NOVO COMEÇO: PENSANDO A PREVENÇÃO, O TRATAMENTO E A RECUPERAÇÃO DAS ADOLESCENTES INFRATORAS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

Quando ela nasceu, ela quase me matou. Ela nasceu de pé e, quando ela apontou, só uma perna assim, começaram a me cortar toda pra tirar ela. Quando eu olhei pra ela eu tive um pressentimento que aquela filha não seria minha. Olhei pra ela e disse: ela não é minha filha. Ela é do mundo. Ela nasceu para o mundo. Tanto é que ela vive no mundo, ela não vive comigo. Eu perdi ela.

Vanda, mãe de Elisa

APRESENTAÇÃO

Filhas do mundo! Este título sintetiza o que tem sido, em maior ou menor grau, a vida das adolescentes infratoras internadas em instituição para cumprimento de medidas socioeducativas¹ no Rio de Janeiro. Representa, também, parte da realidade vivenciada por suas mães, reproduzindo-se assim um ciclo de abandonos prematuros e de amadurecimentos forçados.

O direito de uma criança viver sua infância sendo protegida e cuidada, embora seja uma conquista de poucos séculos, está ainda praticamente ausente na vida de muitas meninas entrevistadas, que cedo assumem responsabilidades sobre suas vidas e a de suas famílias. A adolescência, categoria recentemente criada, que simboliza um momento de profundas mudanças físicas, psicológicas e sociais, de caminhada em direção à maturidade reprodutiva e psicossocial, de indefinições e sonhos, parece também distanciada de suas vidas.

Muitas das jovens – parcela significativa – nascem e são criadas pelo “mundo”, que em plena crise econômica e de valores pouco lhes dá, além de expô-las a riscos e perigos em cidades potencialmente violentas, em grau nunca imaginado pela juventude de gerações anteriores.

A nova posição da mulher na sociedade também traz muitos desafios às jovens, ao mesmo tempo que as torna mais solitárias para enfrentar os infindáveis obstáculos. A busca de novos espaços e formas de convivência social também tem trazido dificuldades no estabelecimento de limites para os relacionamentos essenciais ao convívio familiar. Limites rígidos em demasia ou totalmente ausentes são comumente encontrados, dificultando o preparo das jovens para enfrentar o mundo.

¹ Medidas socioeducativas são as ações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para serem aplicadas pelo juiz aos adolescentes em conflito com a lei. Podem ser de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

Toda essa realidade se magnifica diante do quadro de pobreza de importante parcela da população, em especial das famílias pobres chefiadas por mulheres. Agrega-se ainda a proximidade dos adolescentes com a criminalidade, sobretudo o mercado ilegal de drogas.

Essas e outras transformações da vida moderna têm contribuído para o crescimento da delinquência juvenil feminina, cada vez mais presente nas grandes cidades brasileiras. Um estudo com este enfoque só poderia ser concebido segundo uma dimensão de gênero que, "diferentemente do sexo, é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações" (Sorj, 1992:15).

O presente estudo tem como objeto a compreensão do universo da jovem infratora do Rio de Janeiro, questão ainda muito pouco abordada na realidade brasileira. O principal objetivo é compreender os fatores que levam essas meninas-mulheres a cometerem atos infracionais, facilitando-os ou dificultando-os.² Esse desafio foi enfrentado com a utilização da percepção da própria jovem infratora sobre sua história de vida e as situações que a levaram à infração, ponto alto deste trabalho. A opinião materna sobre a filha e sua opção pela vida infracional também foi investigada, contribuindo muito para o entendimento das especificidades de gênero relacionadas à infração juvenil feminina.³ Pela avaliação das condições de ressocialização existentes na instituição que as acolhe no Rio de Janeiro, buscou-se também caracterizar o peso institucional que recai sobre as jovens mulheres quando elas adentram o Sistema de Justiça.

O conhecimento produzido tem como finalidade primordial contribuir para a prevenção de novos casos de delinquência juvenil feminina e também para uma melhor atuação das instituições públicas que atendem essa clientela.

Organizou-se este texto da seguinte forma: na introdução, apresentam-se estatísticas nacionais e internacionais, uma síntese das principais teorias explicativas sobre o fenômeno e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A seguir, com o título A construção social

² Ato infracional é a conduta prevista no Código Penal (Brasil, 1983), ou em leis, praticada por crianças ou adolescentes.

³ O conceito tradicionalmente utilizado na bibliografia internacional é o de delinquência juvenil. No país, utilizam-se os termos infrator juvenil ou jovem em conflito com a lei, na tentativa de diminuir o estigma e o preconceito.

da menina infratora, são relacionados os fatores que influenciam a delinquência feminina: o padrão de socialização; o abandono; a dificuldade em estabelecer limites; a vitimização psicológica, física e sexual; a relação com pessoas afetivamente importantes para as jovens — os parceiros, os familiares e os amigos — envolvidas com a criminalidade; e a influência das drogas.

Outro capítulo versa sobre a vivência infracional e institucional da jovem. Busca-se apontar as características dos atos infracionais praticados, do momento da apreensão policial, os diferentes tratamentos recebidos por jovens infradoras em outros contextos além daquele verificado no Rio de Janeiro, e a vivência das entrevistadas que cumpriam medida de internação durante os anos de 1998 e 1999. Descreveu-se o cotidiano institucional a partir da década de 80 (mediante estudos anteriores), com foco principal nos dois anos finais dos 90. A descrição referente a este último período foi feita com base na observação constante das pesquisadoras, assim como em relatos e críticas das adolescentes internadas e dos profissionais. Por essa razão, este livro não pretende descrever nem explicar as mudanças ocorridas após o período da investigação.

Nas considerações finais, são sintetizadas algumas questões específicas da delinquência feminina e apontadas perspectivas de prevenção do problema e modificação do atendimento atual.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só se tornou possível pelo acolhimento das meninas e das mães, que, entre sorrisos e lágrimas, nos permitiram conhecer um pouco de suas vidas tão sofridas. A afeição estabelecida entre essas mulheres e as pesquisadoras suscitou uma cumplicidade que, se para elas contribuiu para aliviar a angústia e o sofrimento, para nós serviu como um alento para a continuidade do nosso trabalho e, principalmente, para compreendermos, refletirmos e nos sensibilizarmos sobre nossa própria trajetória feminina. Esperamos que esse encontro, aqui relatado, sirva também para enriquecer a vida dos leitores e para criar uma mentalidade mais respeitosa e consciente acerca dos direitos das mulheres em nossa sociedade.

Algumas instituições e pessoas foram cruciais para a execução do trabalho:

- A direção do Departamento Geral de Ação Socioeducativa do Rio de Janeiro (Degase), seu estatístico e alguns outros funcionários nos facilitaram a obtenção dos dados e a entrada no Educandário Santos Dumont (ESD).
- O diretor-geral do Departamento de Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (Desipe) e alguns funcionários nos cederam as estatísticas e nos receberam no Presídio Nelson Hungria, destinado exclusivamente à população feminina adulta.
- O juiz da Segunda Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro e vários funcionários foram gentis ao nos permitir o acesso a processos, estatísticas e documentos da instituição.
- A Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), que apoiaram a execução da pesquisa e a publicação deste texto.
- A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e o Programa Integrado de Bolsistas de Iniciação Científica (Pibic), do CNPq/Fiocruz, que ofereceram bolsas de pesquisa.
- O Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz), que nos colocou à disposição seus equipamentos e seu pessoal, dando suporte total à pesquisa. Em especial a Maria Cecília de Souza Minayo, Edinilsa Ramos de Souza, Kathie Njaine e Suely Ferreira Deslandes, pela leitura atenciosa e crítica; a Marcelo Silva da Motta e Irapuan Pedroso Ludwig, pelo apoio técnico; a Alessandra Cruz e Hynajara Silva, pelos cuidados na correção da bibliografia; a Juacy Malaquias,

pelo apoio estatístico; a Renata Pesce, que contribuiu na fase final de análise; a Maria Cristina C. Feijó, que participou da elaboração do projeto.

- Vanda Barreto, psicóloga que expressou sua sensibilidade na análise dos desenhos das adolescentes.

Nossos últimos agradecimentos, muito especiais:

- A Fernanda Carvalho Vecchi Alzuguir e Joviana Quintes Avanci, estudantes de psicologia que iniciaram a formação científica em pesquisas com jovens em conflito com a lei e hoje são profissionais engajadas na área. Ambas desenvolveram atividades cruciais na pesquisa, enriquecendo com suas contribuições os resultados aqui apresentados.

Aos funcionários do Educandário Santos Dumont, que sempre nos acolheram com muito carinho, a despeito das pressões e dificuldades que vivenciam ininterruptamente. Em especial, aqueles que prontamente concordaram em ser entrevistados, compartilhando conosco sua experiência profissional.

INTRODUÇÃO

A situação das meninas e das mulheres envolvidas em delitos tem sido negligenciada há séculos (Chesney-Lind & Hagedorn, 1999; Shoemaker, 1996). Os motivos mais óbvios apresentados para a ausência dos estudos sobre delinqüência feminina foram: a sua reduzida incidência, se comparada com a masculina; o papel secundário da mulher na sociedade e na vida extrafamiliar; o preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às manifestações de desajuste social da mulher; a falta de pressão da opinião pública, que não se interessa pelo tema.

O fenômeno de criminalidade entre as jovens tem aumentado em muitos países, preocupando a sociedade civil, as instituições sociais e o meio acadêmico. Esse crescimento, entretanto, vem sempre a reboque da delinqüência juvenil masculina.

Uma das formas de criminalidade feminina que vem tendo mais destaque é a criação e a disseminação de gangues ou quadrilhas femininas. Os Estados Unidos têm hoje gangues compostas exclusivamente por meninas adolescentes (Chesney-Lind & Hagedorn, 1999). Alguns países da América Central, especialmente El Salvador, enfrentam a mesma sorte de problemas. *Pandillas* ou *maras*, forma como se denominam as gangues nos países latinos, são formadas por pré-adolescentes ou adolescentes. As meninas participam em número menor que os homens e são marginalizadas das atividades importantes. Têm função de caráter sexual e são consideradas perigosas, não confiáveis e capazes de traição, com exceção das que passam por provas especiais de valor. Frequentemente são maltratadas.

Na Inglaterra, estudos recentes evidenciam que o número de mulheres adultas que receberam pena de prisão dobrou de 1974 a 1981. Embora as taxas femininas continuem baixas, seu crescimento é mais veloz que o observado para o sexo masculino. O perfil típico das mulheres que infringem a lei mostra que são adolescentes ou jovens, primárias no crime, presas por roubo em lojas e recebendo como sanção a advertência ou a sentença sem detenção. O pequeno grupo que se desvia desse perfil é composto por alcoolistas reincidentes, prostitutas, além de um restrito número de mulheres que cometem atos de homicídio e terrorismo (Heidensohn, 1995).

Estatísticas norte-americanas indicam maior gravidade da delinqüência feminina adulta naquele país, o vice-líder mundial em número de presos, perdendo apenas para a Rússia. Em 1980, havia 12 mil presas em todo o país; em 1995, este número mais que quintuplicou, chegando a 65 mil, o que levou à construção de vários presídios femininos (Bureau of Justice Statistics, apud Chesney-Lind, 1997).

Snell & Morton (1994) fizeram o levantamento das mulheres norte-americanas adultas em prisões no ano de 1991, mostrando o seguinte perfil: 32% são vítimas de abuso físico ou sexual (geralmente recorrente) antes dos 18 anos de idade, praticado por parente ou pessoa próxima; 58% provêm de lares sem ambos os pais e, em muitas dessas casas (34%), os adultos abusavam de álcool e drogas; 20% passaram por outras instituições e abrigos sociais; 43% eram vítimas de abuso físico e sexual dos companheiros.

No universo juvenil, a relevância também é grande: um em cada quatro jovens presos nos EUA é do sexo feminino (American Correctional Association, apud Chesney-Lind, 1997). Este estudo aponta vários fatores de risco para a infração: metade das presas provêm de grupos minoritários, 61% já sofreram abuso físico (geralmente recorrente), 54,3% foram vítimas de abuso sexual (comumente repetidos), 80,7% já fugiram de casa (em geral várias vezes), 53,8% já tinham tentado suicídio, cujo motivo mais alegado foi o sentimento de que ninguém se importava com suas vidas.

Os atos cometidos por essas jovens são de pouca gravidade. Um grupo importante é o de moças que desafiam a autoridade familiar (23% das presas), com atitudes do tipo fugir de casa, ser incorrigível, estar além do controle, gazetear no período de aulas e necessitar de supervisão, cuidado e proteção. Outro freqüente motivo de aprisionamento decorre de atos de pouca severidade, como os roubos, especialmente a lojas (25,6%). Jovens mulheres americanas pouco se envolvem com homicídios e roubos mais graves (3,4%).

Dados do Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention para 1996 informam que o percentual de prisões de jovens tem-se tornado maior que o dos adultos. Também evidenciam que a taxa de crimes violentos cometidos por jovens do sexo feminino vem crescendo mais do que a do sexo masculino (125% e 67%, respectivamente), de 1985 a 1994. Mesmo assim, o patamar masculino continua muito acima do feminino.

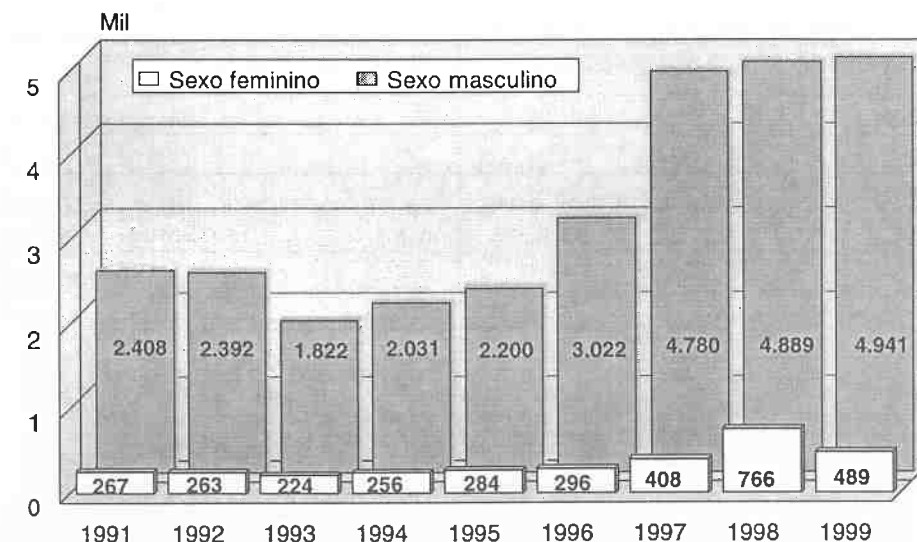
O perfil do crime feminino comprova a assertiva da menor gravidade nos atos praticados por mulheres. Constata-se, entretanto, que embora o perfil dos crimes não tenha se alterado significativamente (com exceção do envolvimento das mulheres americanas com o tráfico de drogas), há uma tendência importante de crescimento do aprisionamento de mulheres nos países relatados.

A realidade brasileira sobre a delinqüência feminina tem sido pouco investigada em termos científicos. Episodicamente ocupa espaço nos meios de comunicação, embora no imaginário social constitua um sério problema.

Alguns dados nacionais indicam a dimensão do problema da infração feminina entre jovens. Em 1997, havia 20.352 adolescentes de 12 a 20 anos cumprindo medida socioeducativa no país. Apenas 7,4% eram do sexo feminino, existindo 12 infratores masculinos para cada adolescente infratora (Brasil, 1998). Os principais estados onde as meninas se encontram sem liberdade são: São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A situação do Rio de Janeiro pode ser constatada no Gráfico 1, que apresenta os atos infracionais registrados na 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, responsável pelas medidas aplicadas aos jovens em conflito com a lei do próprio município, acrescido daqueles com medidas de privação de liberdade que vêm de todo o estado.⁴

Gráfico 1
Distribuição dos atos infracionais cometidos por adolescentes segundo o sexo - Rio de Janeiro, 1991 a 1999



Fonte: 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro.

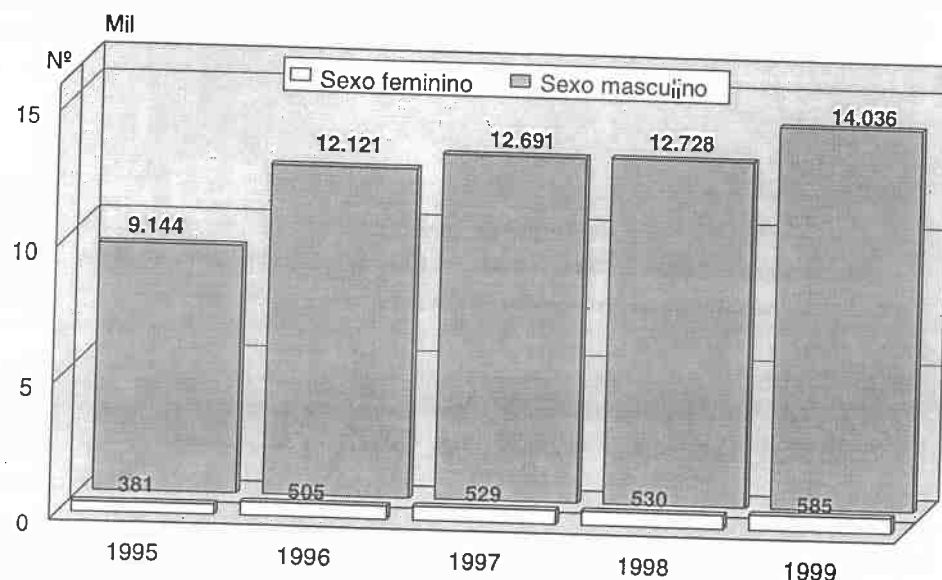
⁴ Estão incluídos todos os jovens que cometeram atos infracionais, e não apenas os que receberam medida de internamento.

Observa-se enorme distância entre os sexos quando está em jogo o comportamento infracional: em 1999, havia dez rapazes para cada moça em conflito com a lei (relação menor que a relatada para o país). São significativos os fatos de que houve aumento dos atos infracionais a partir de 1996, para ambos os sexos, e que, no ano de 1998, a 2ª Vara da Infância e da Juventude registrou um percentual recorde na década de 90, com 13,6% das infrações cometidas por mulheres.

A realidade entre os presos adultos está representada no Gráfico 2. Nota-se similar tendência de crescimento, embora em intensidade menor, apesar de o período investigado ser mais restrito.

É digno de destaque o número de adolescentes do sexo feminino que cometeram atos infracionais em 1998, 766, considerando o total de 536 presas adultas.

Gráfico 2
Distribuição dos crimes cometidos por presos adultos no estado do Rio de Janeiro, segundo sexo - 1995-1999



Fonte: Departamento de Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

Para se compreender melhor quais atos as jovens mulheres vêm praticando no Rio de Janeiro, deve-se atentar para a Tabela 1.

Tabela 1 - Atos infracionais cometidos por adolescentes no Rio de Janeiro em 1998

Tipo de crime cometido	Total*		Mulheres**	
	Nº	%	Nº	%
Tráfico de drogas	1.662	27,6	84	31,9
Uso de entorpecentes	1.290	21,5	34	12,9
Roubo	653	10,9	57	21,7
Furto	506	8,4	53	20,2
Lesão corporal	314	5,2	9	3,4
Porte de armas	296	4,9	4	1,5
Formação de quadrilha	282	4,7	-	-
Dano	125	2,1	3	1,1
Homicídio/Tentativas	36	0,6	1	0,4
Ameaça	35	0,6	-	-
Seqüestro e cárcere privado	15	0,3	1	0,4
Quadrilha	14	0,2	-	-
Estupro	13	0,2	-	-
Estelionato	9	0,2	1	0,4
Outros	754	12,6	16	6,1
Total	6.004	100,0	263	100,0

Fonte: 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro.

* Única estatística oficial divulgada pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ). Não discrimina sexo masculino e feminino. Dos 6.004, 766 eram mulheres.

** Levantamento manual efetuado no livro de registros de plantão existente na VIJ. Nem todos os adolescentes passam pelo plantão, motivo pelo qual esses dados não representam um perfil exato das infrações femininas. Trata-se apenas de uma tentativa de aproximação com uma realidade desconhecida.

Neste tabela, nota-se que os atos infracionais relacionados ao tráfico e uso de drogas são importantes motivos para apreensão de adolescentes de ambos os sexos. Dentre as meninas, têm ainda relevância os atos contra o patrimônio (roubo e furto). Vale destacar as menores proporções de meninas envolvidas com porte de armas e formação de quadrilha. A prática de homicídio mostra-se reduzida em ambos os sexos.

Os tipos de crimes cometidos pelas mulheres adultas são similares aos dos homens, como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2 – Crimes cometidos por adultos presos no estado do Rio de Janeiro em 1998

Tipo de crime cometido	Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%
Tráfico de entorpecentes	5.818	45,7	243	45,5
Uso de entorpecentes	153	1,2	6	1,1
Roubo	2.207	17,3	92	17,3
Furto	603	4,7	25	4,7
Outros crimes contra o patrimônio	1.272	10,0	53	9,9
Lesão corporal	258	2,0	11	2,1
Homicídio	513	4,0	22	4,1
Outros crimes contra pessoas	133	1,1	6	1,1
Extorsão mediante seqüestro	345	2,7	14	2,6
Crime contra costumes	58	0,5	3	0,6
Estelionato	560	4,4	24	4,5
Outros crimes	336	2,6	14	2,6
Presos provisórios	469	3,7	20	3,9
Total	12.725	100,0	533	100,0

Fonte: Departamento de Sistema Penitenciário (Desipe).

O crescente envolvimento das mulheres com infrações ficou comprovado tanto entre as adolescentes como entre as adultas, especialmente em função da sua inserção no mercado ilegal de drogas. No entanto, fica uma grande indagação sobre o porquê de esse fenômeno estar mais evidente entre adolescentes do que entre adultos. Apenas para efeito de comparação, o crescimento observado entre 1995 e 1998 para as adolescentes do sexo feminino foi da ordem de 170%; para os do sexo masculino, foi de 122%; e para os adultos de ambos os sexos foi de aproximadamente 40%.

Embora tenha-se observado o incremento das infrações juvenis a partir de 1996, não se pode afirmar com segurança que esteja ocorrendo um aumento real dessas atividades ilegais.

Um dos fatores que comprometem a qualidade dos dados apresentados é o fato de haver uma estatística oficialmente registrada e outra, "oculta" e desconhecida, que ocorre sem que as instâncias oficiais tenham conhecimento. Entre essas duas estatísticas, existe uma constante oscilação que conduz à idéia de que os dados oficiais possam não refletir a realidade. Desta forma, um aumento aparente pode ser considerado como aquele que reflete o aumento do registro e não uma elevação das infrações.

Oscilações no registro podem se dar por várias razões: mudança nos mecanismos de controle e repressão policial, social e jurídico, questão de fundamental importância na realidade do Rio de Janeiro; alteração da tolerância social sobre determinados tipos de crimes, que passam a incomodar e a ser mais visíveis; distinta percepção social sobre o jovem infrator, diminuindo a tendência a sua proteção; e a maior facilidade para denúncia e punição.

Outro questionamento muito sério é sobre a elevadíssima frequência de adolescentes infratores captados oficialmente no sistema por uso de entorpecentes (21,5% em 1998, 12,3% em 1999), alguns deles sendo internos no mesmo local em que estão jovens que cometeram severas infrações. Seria essencial conhecer o encaminhamento que têm recebido da Justiça Juvenil.⁵ Neste ponto, é bom recordar que apenas cerca de 1% dos adultos cumpre pena por esse motivo.

Cabe pensar um pouco sobre os motivos que, cada vez mais, levam essas jovens para o caminho infracional. Uma breve e sucinta passagem por algumas teorias é apresentada a seguir, baseada fundamentalmente em Heidensohn (1995), autora que agrega em quatro grandes blocos as variadas tendências científicas que podem auxiliar na compreensão da delinqüência feminina: as teorias criminológicas tradicionais, as modernas, as feministas e as teorias sobre o controle socialmente exercido sobre as mulheres.

Teorias explicativas sobre a delinqüência feminina

A mais antiga e tradicional tentativa dos estudiosos de criminologia para entender a delinqüência feminina surgiu com Lombroso no final do século XIX. Este autor e os seus

5 A falta de informatização adequada dos dados da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro impede que se obtenham dados preciosos, tais como a discriminação dos atos infracionais segundo o sexo e os encaminhamentos dados de acordo com o tipo de ato cometido, apenas para citar dois exemplos.

predecessores (Thomas, 1923; Cowie, Cowien & Slater, 1968; Richardson, 1969) acreditavam que as diferenças inerentes aos homens e mulheres é que influenciavam o grau e o tipo de envolvimento das mulheres em delinqüência. Assim, as características biológicas e psicológicas do ser humano eram vistas como fatores predisponentes para a criminalidade.

Buscava-se explicar o fenômeno do envolvimento da mulher com a criminalidade pela idéia de desvio sexual. Assim, duas possibilidades opostas se apresentavam: mãe ou prostituta. As jovens criminosas eram mais representadas nesta segunda opção.

As **teorias modernas**, principais responsáveis pelo pensamento criminológico ocidental, por várias décadas privilegiaram a estrutura social como responsável pela origem da delinqüência. Passaram a valorizar a inserção do infrator na estrutura social e as desigualdades de classes, responsabilizando a falta de opções econômicas e sociais ou a desorganização das unidades econômicas e produtivas como as causas da delinqüência (Merton, 1957; Shaw & McKay, 1969). Entretanto, nelas verifica-se uma ausência quase total da dimensão de gênero (Heidensohn, 1995). Dessa forma, o comportamento das mulheres criminosas continuava rotulado como inapropriado e não feminino – e elas, como portadoras de alguma anomalia ou de problemas no desempenho do seu papel sexual.

Essas teorias modernas foram criticadas por encararem de forma fatalista as origens da criminalidade, tirando dos sujeitos a capacidade de definir ativamente suas escolhas na vida. A principal crítica feminista recai no fato de não ter dado importância ao papel de socialização diferenciada entre os sexos, ponto considerado fundamental a partir de então.

As **teorias feministas** fizeram uma crítica radical à criminologia masculina. A tese mais debatida era a de que a emancipação/libertação feminina seria uma explicação para o envolvimento da mulher na vida infracional, pois, à medida que uma mulher conquistasse liberdade para desenvolver seu potencial e atingir seus objetivos, se exporia a mais situações criadoras de estresse e frustrações, que poderiam induzi-la ao crime (opções anteriormente restritas aos homens). Ficaria também exposta a oportunidades cada vez maiores de cometer crimes.

Essa versão inicial do feminismo na criminologia foi duramente criticada. As primeiras teorias feministas falharam, pois a noção de que o movimento das mulheres estava causando um aumento na criminalidade feminina não se comprovou, por não haver suporte empírico para a idéia de que as mulheres estariam cometendo crimes mais violentos ou "masculinos" (Lemgruber, 1983).

A teoria sobre o **controle social** exercido sobre as mulheres é mais recente e mostra que este é um mecanismo eficaz para explicar a baixa presença da criminalidade feminina e o seu distinto perfil. Há duas fontes principais de controle social: no nível institucional mais ampliado tem-se a polícia, a justiça e a mídia; e no nível das relações sociais mais próximas, a família, a escola e os grupos de amigos.

O principal resultado do controle social sobre as mulheres é instaurar uma divisão de esferas: a pública, destinada ao homem, e a privada, restrita ao lar, a elas destinada.

O controle sobre a mulher é feito em todos os espaços da vida social: em casa, na via pública, no trabalho e nas políticas sociais. A dominação no domicílio faz-se pela "detenção preventiva". A menina tem sua liberdade mais restrita em prol de sua máxima proteção.

Logo, numa mesma sociedade, a diferença no posicionamento da mulher, independentemente do estrato social, é fato fundamental para se levar em conta. A disciplina e a dominação da mulher no lar também se dão pela violência doméstica, outra forma de controle. A vitimização intensa e precoce circunscreve a "escolha" feminina, facilitando a ida para a rua, o uso de drogas, a prostituição, o desemprego e a entrada na vida infracional.

Há quase um monopólio do espaço público pelos homens, pois as mulheres temem profundamente a violência física e sexual, especialmente o estupro. Esses motivos, entre outros, fazem com que o espaço urbano ao qual a mulher tem acesso seja compartimentado: há horas e locais que lhe são permitidos. Por trás de toda essa separação de esferas está a figura masculina, avaliando a reputação feminina e seu espectro de ação, ao lado da voz feminina, compactuando com a visão dominante.

Segundo Heidensohn (1995), esse supercontrole tem se mostrado eficiente, pois as mulheres cometem menos crimes que os homens – e de menor gravidade – e são menos reincidentes na infração. Logo, a tradicional socialização feminina atua como um fator que protege a mulher da possibilidade de entrar no mundo infracional.

Faz-se necessário destacar que, neste trabalho, entende-se a "opção" pelo mundo infracional como resultado de uma variedade de pressões sociais, econômicas, estruturais e culturais que se inter-relacionam de múltiplas formas e em diferentes intensidades, combinadas com respostas específicas de cada indivíduo.

Busca-se investigar as origens da delinqüência em cinco níveis. O primeiro deles é o das condições estruturais. Há que se ressaltar a questão da pobreza, da desigualdade social e do consumismo exagerado, fatos tão presentes na sociedade brasileira, bem como a viabilidade de participação no mercado ilegal de drogas e seu impacto, especialmente em comunidades mais pobres.

Um segundo nível de análise é o do controle social exercido sobre as mulheres diferenciado em função da sua inserção cultural e de classe.

Em terceiro lugar, aparece como relevante a auto-estima da infratora, vista pela repercussão que os rótulos têm sobre as mulheres, criadas segundo um perfil ideal de pureza e respeitabilidade. Fugas de casa, uso de drogas e delinqüência são conseqüências típicas dos estigmas vivenciados por adolescentes.

Em quarto lugar, pouco se fala da influência dos amigos sobre a jovem infratora. Valoriza-se mais a influência dos parceiros amorosos envolvidos com a criminalidade, pelo fato de a mulher infratora procurar "mais romance que ação" (Heindensohn, 1995:12), comumente direcionando sua vida infracional em prol da figura masculina.

Um quinto nível seria o dos atributos individuais de personalidade.

O desenvolvimento do trabalho de pesquisa

Esta pesquisa transcorreu no período de agosto de 1998 a dezembro de 1999, no Educandário Santos Dumont (ESD), única instituição do Estado do Rio de Janeiro responsável pelo atendimento a adolescentes do sexo feminino, entre 12 e 18 anos incompletos, que tenham sido encaminhadas judicialmente para cumprirem medida socioeducativa de internação ou internação provisória por haverem cometido ato infracional.

A maior parte dos dados aqui apresentados origina-se de entrevistas realizadas com 27 adolescentes internas, 20 mães e dez funcionários (diretoras de duas gestões, psicóloga, psiquiatra, assistente social, pedagoga, agente de disciplina, agente educacional, instrutores de oficinas). Cada adolescente era entrevistada em duas ou três sessões; as mães e os funcionários, em apenas uma ocasião. Os encontros eram gravados após o consentimento do informante.

As jovens foram selecionadas para entrevistas segundo o ato infracional pelo qual respondiam: apenas roubo, homicídio e envolvimento com tráfico e uso de drogas eram objeto de interesse.⁶ Foram então entrevistadas, em uma sala cedida pela instituição, 13 jovens que haviam sido internas por roubo, nove por envolvimento com tráfico de drogas, três por uso de drogas e duas por homicídio.

Nas entrevistas com as adolescentes e suas mães, a idéia era permitir que elas desenvolvessem uma narrativa e a compreensão sobre suas vidas. Elas eram informadas acerca do caráter confidencial dos encontros. Nas entrevistas com os técnicos, enfocava-se a compreensão das condições institucionais e sua conseqüente influência na ressocialização das jovens.

Outra fonte importante de material foi a observação da rotina da instituição e das meninas no pátio, no refeitório e nos locais das atividades de "profissionalização". A confiança construída no convívio contribuiu para que se pudesse utilizar uma outra fonte riquíssima de

⁶ Optou-se por selecionar apenas meninas que tivessem cometido atos infracionais mais graves, para efeito de comparação com a pesquisa realizada com jovens infratores do sexo masculino (Assis, 1999).

dados: os diários de dez garotas, que nos permitiram conhecer seus mais íntimos sentimentos, desejos e sofrimentos. Esses diários, escritos cotidianamente, refletem principalmente as dores vivenciadas na instituição, a saudade das mães e os amores sonhados e vividos.

A análise de 12 desenhos efetuados por cinco adolescentes, na oficina de artes cênicas, foi outra estratégia para o aprofundamento do universo emocional das jovens. Alguns são desenhos livres e outros com a temática do fim do mundo. Essa é uma técnica projetiva, usualmente utilizada como instrumento de diagnóstico da personalidade.

Foi também efetuada uma coleta de dados do prontuário de cada interna, extraindo-se informações sobre o atendimento feito pela assistente social e pela psicóloga. Excepcionalmente, agregaram-se informações do pedagogo e do psiquiatra. Buscou-se analisar a ótica institucional a respeito das jovens. Realizou-se ainda uma extensa busca bibliográfica sobre o educandário, visando a obter a história do atendimento ali oferecido.

Todo esse material coletado foi avaliado utilizando-se as técnicas de análise temática e de conteúdo (Bardin, 1979).

A última fonte de material utilizado refere-se às sínteses dos processos de cada jovem, na 2ª Vara da Infância e da Juventude (VIJ) do Rio de Janeiro. Essas informações foram digitadas em um banco de dados, tendo sido feita apenas uma análise descritiva de frequências.

PARTE 1

A Construção Social da Menina Infratora

Para se compreender como se constrói socialmente uma jovem infratora, assim como os fatores de risco e de proteção para meninas nessa situação, vale a pena conhecer um pouco da experiência das 47 mulheres entrevistadas.

As adolescentes têm, em média, 15 anos de idade. Apenas 19% das jovens sempre viveram juntas com suas genitoras. Um terço delas só conviveu episodicamente com suas mães. Isto significa que elas passaram a maior parte de suas vidas em outras casas, em geral buscando uma aproximação no início da adolescência, tentativa freqüentemente frustrante para ambos os lados. Nos demais casos, as garotas chegaram a ser criadas por suas mães, mas também conviveram por períodos com outros núcleos familiares. Apenas uma jovem nunca viu nem sabe quem foi sua mãe ou seu pai.

A maioria delas está atrasada no calendário escolar. Estavam afastadas do processo educativo antes de cometerem o ato infracional. Apenas uma delas estudava no momento da apreensão. O afastamento da escola havia se dado pelo menos dois anos antes da internação para a maioria das garotas – muitas delas, nos primeiros quatro anos do curso fundamental. Apenas três adolescentes terminaram o 1º grau e outra chegou a se matricular no 2º grau, sem prosseguir. Três destas jovens conviveram com famílias com um certo equilíbrio econômico, talvez por isso apresentem uma fala diferenciada na instituição, distinguindo-se das demais garotas e reproduzindo um discurso típico da classe média. As jovens com vivência de rua abandonaram a escola ainda mais precocemente e têm um comportamento sem limites e agressivo, invadindo o espaço do outro e abolindo regras sociais convencionais. Na rua, espaço de "liberdade", aprendem da vida o que deveria ter sido oferecido pela família e pela escola.

Os motivos para a evasão escolar são variados. A saída de casa é a explicação mais usual dada pelas garotas que cometeram roubos, denotando a dificuldade de conciliar os estudos com a vida na rua e com o uso de drogas. O interesse no aprendizado decai à medida que se elevam esse consumo e a inserção nas atividades ilegais.

Outra importante causa para o afastamento tem a ver com o próprio desenvolvimento da sexualidade feminina. Sonhar com os grandes amores torna-se prioridade para algumas dessas garotas, que transferem para a relação afetiva o ideal de suas vidas, ratificando assim uma ausência de planos de progressão intelectual, já sinalizada pelas constantes repetências e afastamentos escolares. A gravidez e o nascimento do filho também impedem a jovem de conviver com os antigos colegas de escola. Fica assim sacralizada a concomitância da perda da

virgindade e a entrada no mundo adulto, que, para essas garotas, não mais se coadunam com a idéia de aprendizado formal. As provas físicas da maturidade sexual se voltam contra a imagem da inocência e pureza que, paradoxalmente, elas ainda gostariam de possuir. Episódios de violência sexual também inviabilizam a continuidade dos estudos, segundo as jovens.

As demais razões para o afastamento da escola são fruto das transferências de núcleos familiares – e conseqüentemente de bairros e de escolas –, da responsabilidade de cuidar dos irmãos menores e das dificuldades originadas na própria escola, que não consegue lidar com problemas de indisciplina, típicos de jovens que desconhecem limites e não sabem lidar com autoridades. Episódios de violência no ambiente escolar também foram mencionados. Apenas uma jovem teve seus estudos interrompidos pela necessidade de trabalhar, pois em sua família somente os valores do trabalho rural são valorizados, e sua casa era muito distante da escola.

As mães entrevistadas têm, em média, 38 oito anos de idade. São, portanto, também jovens, considerando-se o aumento da expectativa de vida feminina para além dos 70 anos, na entrada do século XXI. Apesar da idade cronológica, aparentam ser mais velhas. A maioria tem sulcos no rosto e usa trajes senhoris, frutos dos sofrimentos pelos quais passam. Várias compareceram à entrevista com um ou dois filhos, algumas grávidas, mostrando a dificuldade de obterem apoio doméstico ou comunitário para a criação das crianças pequenas. É interessante notar a precocidade com que as mulheres dessas famílias têm seus filhos. Indagando-se a idade que hoje teriam suas mães, se todas fossem vivas, percebe-se que estariam por volta dos 55 anos.

Essas mães têm, em média, quatro filhos, originados de diferentes relacionamentos. São famílias amplas, com até nove filhos espalhados por vários locais. O grande número de filhos de diferentes idades é um importante motivo para a falta de supervisão das filhas adolescentes, já que os mais novos acabam por requerer mais atenção.

A escolaridade das mães também é precária. Duas delas eram analfabetas e várias tinham apenas o 1º grau incompleto. Somente duas mães têm escolaridade em nível de 2º ou superior. A baixa escolaridade também foi relatada com referência aos irmãos e pais das famílias de classe popular, à qual pertence a maioria das participantes da pesquisa.

O grau de carência dessas famílias não chega a afetar as necessidades básicas, exceto para três que viviam em maior escassez. Para as demais, a pobreza da família não se mensura pelo suprimento básico de alimentos ou moradia, mas especialmente pela impossibilidade de acesso ao consumo dos bens almejados pelas adolescentes: roupas para festas e dinheiro para passear. As jovens exigem esses bens de suas mães de forma imediata. Querem roupas novas para as festas, de forma a não repeti-las seguidamente. Alguns pais se desdobram para lhes dar o que desejam, precisando dividir o pouco que têm com as diversas demandas dos muitos filhos. Cotidianamente, esses conflitos causam atritos e sofrimentos para mãe e filha.

O problema do aluguel da casa em que moram, que consome a maior parte da renda familiar, é questão crucial para muitas famílias. As casas costumam ser pequenas para o número

de pessoas que nelas vivem. Oscilam entre as consideradas grandes (com dois quartos, sala, cozinha e banheiro) até as muito pequenas, de apenas quarto, sala e banheiro.

A ocupação da maioria das mães é compatível com atividades de baixa remuneração: domésticas, funcionárias de limpeza, camelô, lavradora, funcionária de supermercado e creche, comerciante, costureira, cozinheira, auxiliar de enfermagem. Os pais apresentam as seguintes ocupações: lavrador, caminhoneiro, oficial do exército, biscateiro, pedreiro, feirante, marceneiro, traficante, funcionário público, funcionário de limpeza, empresário e técnico em eletricidade.

As adolescentes também já tiveram experiência de trabalho, excetuando-se uma delas, que verbalizou que o seu destino é a criminalidade. Todas as demais já exerceram atividades, especialmente de empregadas domésticas, babás e no comércio. Pelo menos seis adolescentes começaram a trabalhar ainda crianças para ajudar as mães, vendendo balas e doces nos sinais de trânsito, expostas à violência das ruas. Para essas adolescentes, o tempo da mendicância se mistura com o dos furtos que ali aprendem a fazer.

As adolescentes inseridas no tráfico descrevem essa atividade ilegal como um tipo de trabalho que executam. Outros trabalhos mencionados pelas jovens, em menor escala, foram o de costureira, modelo e dançarina. Uma jovem se diferencia das demais por ser proveniente de classe média e ter trabalhado em uma clínica médica como técnica.

A carga de trabalho era excessiva para a idade que as jovens tinham quando o exerciam. Isabel, nome fictício, aos nove anos já trabalhava em casa de família, assumindo os cuidados da casa e das crianças ali presentes. Começava a trabalhar às seis horas da manhã e seguia ocupada até o final do dia, deixando de lado atividades escolares e lúdicas, necessárias ao seu próprio crescimento. Para Isabel e outras garotas, o tempo da infância e da adolescência foi totalmente esquecido.

A relação com os empregadores é muitas vezes difícil e pouco amistosa, culminando, em um caso específico, com assédio sexual e agressão física severa.

Embora todos os integrantes das famílias em estudo tenham tido inserção ocupacional, o sustento das casas é responsabilidade fundamental da mãe. O pai contribui em apenas seis domicílios. Os padrastos também ajudam no período em que permanecem na família. Apenas uma menina contribui sistematicamente, assumindo, na prática, a manutenção de sua família. Nos momentos de maior crise familiar, quando a situação financeira se torna muito difícil, avós e tios das adolescentes ajudam no sustento da casa.

Metade das adolescentes entrevistadas tem a cor da pele parda ou negra. Um levantamento das fichas de todas as 59 internadas no ESD, no dia 1º de setembro de 1999, mostrou que 51% eram negras; 24% estavam registradas como de cor pele parda; e apenas uma em quatro era branca. O perfil das jovens infratoras reflete também a discriminação racial e econômica existente no país, pois a maior parcela das que constituem essa raça encontra-se nos estratos sociais mais pobres. Conseqüentemente, a

maioria dos presos é de origem negra. É preciso ter em mente mais este dado ao analisar as histórias de vida das mulheres-alvo do estudo, pois grande parte é de raça negra ou descende dela e pertence aos estratos populares.

Portanto, com poucas exceções, as mulheres entrevistadas estão sujeitas a três tipos de discriminação em relação aos eixos que estruturam a vida social: gênero, raça e classe social (Saffioti, 1997). Ser mulher, pobre e descendente da raça negra, no contexto de discriminação existente no país, certamente limita as possibilidades de crescimento e desenvolvimento juvenil, como também restringe e facilita algumas "opções" feitas. São, portanto, importantes conceitos para se entender a forma como as crianças do sexo feminino se tornam mulheres adultas, socialmente construídas.

Razões que facilitam a entrada no mundo infracional

É no espaço doméstico que a criança aprende os valores de sua classe social e os sexuais, que costumam se repetir ao longo das gerações, tais como escolha de parceiros e forma de lidar com a afetividade e a sexualidade (Seixas, 1998). O modo como pais e mães tratam os filhos é um dos pontos mais significativos nesse processo. A auto-imagem da criança é elaborada sobre o domínio feminino, e é a mãe que treina as filhas para os papéis femininos e os filhos para os papéis masculinos.

A obtenção da conformidade feminina é o resultado do processo de uma educação alienante, que prepara a mulher para perceber o desejo dos outros e não o seu próprio; que a treina para o casamento, a maternidade e a dependência. Desde cedo a menina aprende que a casa é "coisa de mulher".

Esse papel conformado nem sempre é integralmente aceito pelo sexo feminino em geral. Dentre as adolescentes e mães entrevistadas, muitas interferências ocorreram nesse processo, que dificultaram, sob alguns aspectos, a restrição feminina ao lar. Não conseguiram, entretanto, excluir a visão subalterna do gênero feminino, independentemente de a identificação da adolescente com sua mãe se dar pela similaridade ou pela oposição.

Na maioria das famílias estudadas, observa-se que a relação mãe-filha é calcada na distância ou no conflito direto, com sentimentos ambivalentes das adolescentes em relação às mães: amor e ódio, raiva e ternura, aproximação e afastamento, apoio e abandono se misturam. Há pouco diálogo e as questões não são expostas e discutidas, especialmente as de ordem sexual. A sexualidade "recatada" vai sendo, assim, repassada.

A entrada da menina na adolescência marca um momento de agravamento dessa relação. Os "fracassos" da menina nessa etapa da vida muitas vezes são experimentados com dupla carga de culpa: por si mesmas e pelo não-cumprimento das expectativas maternas. Se por um lado algumas mães se culpam pelo caminho escolhido pela filha, as meninas revelaram em uníssono ressentir-se por fazer a mãe sofrer.

Os conflitos entre mãe biológica ou adotiva e as adolescentes mostram que são decorrentes de tentativas de as meninas se insurgirem contra a socialização feminina rígida, muito comum nos estratos populares. Destaca-se a tentativa de controlar as roupas provocantes e as saídas "perigosas" para namoros. Outro momento de profundo conflito ocorre quando as jovens buscam fugir da enorme responsabilidade doméstica, exigida pelas mães. O destino que as garotas encontram para escapar a essa servidão é a rua ou a constituição de suas próprias casas, nos moldes da materna.

Agrega-se ainda, como motivo para os conflitos, a experiência de vários problemas de saúde ligados ao sistema nervoso, como depressão, epilepsia, "nervosismo", esquizofrenia e dependência de drogas, relatados por mãe e filha, frutos concretos da internalização provocada pela repressiva socialização feminina.

Pode-se constatar que as jovens entrevistadas procuraram, em maior ou menor intensidade, libertar-se de alguma forma do peso da socialização à qual estavam sendo submetidas. Por outro lado, por não ter respaldo no meio social e na dinâmica familiar que lhes possibilitasse esse salto, elas acabam, sem saída nem opção, por incorporar o papel feminino: adotam os antigos valores e limites, o trabalho, a submissão, introjetam uma baixa auto-estima e vivem os conflitos psicológicos típicos do gênero. A mulher que desejariam ser se configura apenas no âmbito da idealização, assim como elas a retratam quando se referem à mãe.

As histórias da maioria das mães das adolescentes não é muito diferente da de suas avós: vivendo em situações de pobreza, convivendo com a realidade do desemprego ou subemprego, muitas vezes arcando com a chefia da família solitariamente e criando seus filhos da forma que aprenderam. A luta dessas mulheres pela sobrevivência se deu de forma tão intensa, que sequer tiveram tempo para se olhar, cuidar da saúde e estabelecer o tão importante diálogo com os filhos, queixa muito comum das filhas adolescentes.

São mães que nasceram e cresceram num contexto de exclusão social perversa e segregadora, sem reconhecer o direito de freqüentar escolas, se divertir, ter atendimento médico digno e creche para os filhos. Sofreram uma socialização mais rígida, com valores morais de autoridade e hierarquia masculina fortemente presentes, pela maior proximidade que tiveram com a figura paterna e parceiros mais duradouros. Cresceram e criaram seus filhos reproduzindo esse modelo, tendência que algumas jovens parecem estar começando a recriar.

A culpa da transgressão da filha recai sobre elas, que disso são acusadas por parceiros, pais e demais familiares, os quais se isentam totalmente da sua parcela de responsabilidade.

A figura do pai ausente é muito evidente na vida das adolescentes. Entretanto, a figura de autoridade masculina não saiu do universo simbólico dessas famílias. Não se trata da mera ausência do pai nas famílias, mas da qualidade do relacionamento estabelecido entre pais e filhos. Essa ausência traz uma sobrecarga muito grande para a mãe, que passa a ser a única responsável pelo provimento material e emocional.

Vários autores atestam que crianças que não desfrutam da presença do pai acabam por enfrentar problemas de identificação sexual, dificuldades no reconhecimento de limites e na apreensão de regras de convivência social. Essa falta se manifestará tanto na dificuldade de exercer a autoridade na relação com o outro como na de respeitá-la. Ocasionalmente, por sua vez, obstáculos no enfrentamento e na superação de conflitos e na ausência de rigor nas escolhas, com conseqüente possibilidade de envolvimento em diversas situações de risco como delinquência, prostituição, consumo abusivo de substâncias psicoativas, alcoolismo e gravidez desprotegida (Muza, 1998; Muzio, 1998).

Uma em cada cinco meninas entrevistadas nunca conviveu com o pai, seja por sua morte, seja porque foi vítima de abandono ou por não ter sequer sabido quem é ele. Cerca de 40% das entrevistadas também têm madrastas, com as quais convivem esporadicamente, nas novas casas onde vivem o pai e sua nova família.

A referência aos padrastos é muito mais extensa. As adolescentes dividem-se entre as que relatam bom e mau convívio. O que influencia positivamente essa relação é o bom tratamento dispensado a sua mãe e a seus irmãos, além da ajuda financeira no sustento da casa e o fato de o padrasto não se "meter na vida" da adolescente. Assim, em alguns casos o padrasto é apontado como a figura que ocupa o lugar do pai.

Várias outras demonstram desafeto pelo padrasto, havendo experiências de agressões verbais e físicas entre ambos, o que freqüentemente leva ao afastamento da jovem do núcleo familiar.

A experiência negativa de muitas adolescentes com os pais e padrastos pode ser observada não apenas pela falta de limites, mas principalmente pela imagem deteriorada da figura masculina, que perpassa as novas relações estabelecidas com seus parceiros.

As mães entrevistadas também tiveram problemas com a figura paterna, fechando assim as dificuldades e os conflitos no ciclo familiar. A figura do pai autoritário se fez presente apenas na fala das mães; não ocorreu entre as adolescentes.

A experiência com padrastos também foi vivenciada pelas mães. Surgiram queixas de abuso sexual e dificuldades de relacionamento com suas genitoras, que preferiam agradecer ao parceiro a tomar o partido dos filhos. Essa mesma queixa foi feita pelas adolescentes ao comentarem a relação das mães com os padrastos, mostrando a recorrência desse tipo de comportamento.

A dificuldade das adolescentes de introjetar os limites sociais está associada ao padrão de relacionamento familiar, que apresenta problemas no estabelecimento de regras a serem vivenciadas por seus membros. A ausência paterna nessas famílias aumenta a necessidade do controle materno sobre a prole. Entretanto, isso não é o que se verificou em várias famílias. As mães se vêem como impotentes na educação das filhas, continuando a esperar pela autoridade masculina perdida e ainda sendo criticadas pelos parceiros e genitores pela falta de pulso firme.

A ausência de limites explícitos traz também a reboque a necessidade de desafiar autoridades e perigos, atributos comuns aos adolescentes em geral e exacerbados nas entrevistadas. A total falta de limites e, em alguns casos, o excessivo rigor provocaram nas adolescentes entrevistadas uma necessidade de independência e autonomia precoces.

Assumir uma postura independente perante a vida em etapa tão precoce pode trazer sérios danos a uma adolescente. Algumas jovens assim procederam deixando claro que desejavam romper com um padrão feminino de submissão ao homem. Em geral, desejavam primeiro libertar-se da autoridade da mãe, da tia ou da avó que as criaram, e depois dos parceiros. Contudo, em outras esferas da relação, essas meninas não conseguiram estabelecer o mesmo grau de autonomia feminina.

Além da importância do relacionamento familiar, outras questões são cruciais para se compreenderem as razões que facilitam a vivência infracional das adolescentes entrevistadas. Uma delas é a tenra idade com que as protagonistas dessas histórias, as adolescentes e suas mães, começaram a vida sexual. Com freqüência o fizeram escondido de suas famílias. A imaturidade física e emocional, a violência e a ausência de informações dificultaram ainda mais o início das atividades sexuais tão idealizadas e valorizadas pelas meninas.

Todas as adolescentes entrevistadas mantêm vida sexual ativa. Os namoros começam cedo, em geral entre 10 e 12 anos de idade. Esse início costuma coincidir com o primeiro encontro com um namorado. Algumas relatam experiência sexual dois anos antes da menarca.

O tempo decorrido entre a paquera e a relação sexual é breve, assim como é escasso o conhecimento existente entre os parceiros. A primeira relação dá-se muito mais pela necessidade de a garota mostrar-se mulher, madura, omitindo até de si mesma as inseguranças e as fragilidades infantis ainda existentes. Esse momento é narrado como carregado de emoções ambíguas, em que se confrontam o desejo e o temor.

A primeira relação foi relatada como difícil e dolorosa, na qual se mesclam as fantasias e os medos de serem machucadas. Manifestam dores durante o intercurso sexual e não obtêm prazer no ato. As garotas manifestam o conflito: "eu queria, mas ao mesmo tempo não queria", justificando, em última instância, a posição viril do macho que as desvirginou sem o uso da força física, pois haviam dado seu aceite, mas também sem a devida sensibilidade e o cuidado necessários em uma primeira relação sexual com jovens de tão baixa idade.

Tal qual essas adolescentes, a maioria das mães iniciou sua vida sexual antes dos 15 anos de idade.

Esse novo *status* que as adolescentes adquirem ao iniciar a vida sexual contribui para alterar significativamente o rumo de suas vidas. Conforme enfatiza Duque-Arazola:

'perder-se' ou perder a virgindade significa, para a grande maioria das moças e das mães, mais que uma questão estritamente sexual; implica fortes alterações no padrão de sociabilidade do cotidiano. Perde-se o direito à convivência e proteção do grupo doméstico e, se esse 'perder-se' não resulta na formação de um novo núcleo familiar, ocorre facilmente a fuga do lar. (Duque-Arazola, 1997:380)

A perda da inocência as faz sentirem-se "prontas" a assumir o comportamento adulto e as confronta com a questão de ter ou não os filhos que possam surgir. A ocorrência de gravidez e abortos deram-se muitas vezes mais por mero acaso. O início da atividade sexual não veio acompanhado dos cuidados necessários à prevenção de gravidez, de doenças sexualmente transmissíveis e Aids, questões que não ocupam muito tempo do pensamento das jovens, até que essas situações desabem sobre suas vidas. O uso de preservativo por parte dos namorados e o de anticoncepcional pelas meninas foi pouco relatado.

Para as jovens infratoras, o "descuido" no uso de medidas protetoras é responsável pelo fato de que cerca de metade das 27 entrevistadas já tenham engravidado, embora apenas seis delas tenham efetivamente tido seus filhos ou estivessem grávidas no momento da pesquisa. Esse diferencial esconde um elevado número de experiências de abortos espontâneos e induzidos.

Dentre as alternativas mais utilizadas para efetivarem o aborto está a ingestão de remédios, chá de maconha e a prática em excesso de exercício físico. Há relatos de abortos que foram tentados por garotas muito jovens, o que não surpreende diante do precoce início da atividade sexual.

Apenas duas jovens planejaram a gravidez. Ambas poderiam ser colocadas dentre aquelas que a concebem mais como um sonho de vida: era "doida pra ter um filho". Somente uma adolescente assumiu a criação do filho como um projeto de vida. A possibilidade desse acontecimento lhe permitiu redefinir suas metas.

As mães dessas jovens geralmente são as escolhidas pelas filhas para cuidarem dos netos recém-nascidos, apesar das atitudes anteriores de abandono dos vários filhos. As justificativas para esse ato de entrega nem sempre são muito claras.

A relação entre a mãe e a adolescente (agora também mãe!) parece se complicar ainda mais, pois surgem ciúmes da mãe, que outrora preferia os irmãos e agora gosta mais do neto, deixando a jovem mais uma vez abandonada. As cobranças maternas sobre a adolescente também aumentam, passando a requerer dela mais responsabilidade e auxílio financeiro.

A ausência de projetos de vida entre as adolescentes é, na verdade, um prolongamento das mesmas "opções" feitas por suas mães. Tiveram seus primeiros filhos muito jovens, entre 13 e 17 anos de idade, da mesma forma que suas filhas vêm fazendo. Dentre aquelas com muitos filhos, o habitual foi ouvi-las dizer que queriam ter o primeiro filho, pois "era um sonho que estava sendo realizado". Os filhos seguintes "aconteciam", mostrando uma total falta de planejamento: "deixa vir"; "onde come um, comem dois ou três".

A impossibilidade de tomar anticoncepcionais, a interrupção do remédio por enjoos, o desinteresse ou o desconhecimento de qualquer método contraceptivo foram nomeados como os fatores que possibilitaram a gravidez de cada mãe entrevistada. Nenhuma outra estratégia foi citada, além do uso esporádico da pílula anticoncepcional. Muitas engravidavam sucessivamente e não encontraram apoio educativo nem estratégico que as orientasse em outra

direção. Passaram, incólumes, pelos ambulatórios e serviços de pré-natal. Tentativas de aborto foram feitas com vários filhos. Os critérios para tal decisão foram: as dificuldades financeiras; não ser a criança desejada pelo novo parceiro; o cansaço excessivo de cuidar de casa e de uma prole grande; e a falta de desejo (ou de confiança para tanto) de ser mãe. Os recursos utilizados são variados, incluindo injeções, comprimidos e alternativas caseiras. Outras situações de aborto foram narradas como decorrentes de agressão física.

Os Efeitos da Vitimização: abandono, abuso emocional, agressão física e abuso sexual

A seqüência de desencontros e afastamentos é marca constante na vida das mulheres entrevistadas e um importante ponto para se entender os rumos que elas tomaram. Garbarino (1999) lembra que, quanto mais cedo a experiência de abandono vier, maior a influência negativa sobre a criança e piores as conseqüências. O abandono pode se dar pela total ausência da mãe (ou outro cuidador que a substitua) ou pela descontinuidade da relação (quando a criança é privada de sua companhia posteriormente). Ambas são formas de interação insuficiente na relação entre mãe e filho, e trazem efeitos duradouros para a criança. Outro tipo de abandono é aquele em que a criança se sente insegura na relação, não encontrando na figura materna o equilíbrio emocional de que tanto necessita.

Para esse autor, se a ruptura do vínculo familiar se der muito precocemente, as conseqüências recaem sobre a capacidade intelectual e afetiva; se depois da estruturação da personalidade, a delinqüência seria o caminho mais viável.

A experiência do abandono é vivida distintamente por cada criança. A percepção do abandono depende do temperamento da criança e de sua experiência acumulada.

O que pode minimizar o impacto de uma situação de perda ou de abandono sofrido por uma criança é algum outro familiar ou adulto cuidador perceber sua fragilidade e buscar supri-la afetivamente. Entregue aos riscos da vida na rua e nos abrigos sociais, fica gravado na mente e no coração da criança que ninguém mais se preocupa com sua vida ou a valoriza.

As meninas entrevistadas aprenderam ainda pequenas o significado de uma perda afetiva. A maioria delas teve seus pais separados antes dos cinco anos de idade, o que impossibilitou, a várias, recordações dos dois vivendo juntos. Apenas duas meninas chegaram à adolescência com pai e mãe ainda convivendo no mesmo domicílio. As jovens cujos pais se separaram não conviveram também com todos os irmãos (em média quatro por família). Sendo deles separados precocemente, cresceram espalhadas por vários núcleos familiares que mesclam irmãos oriundos dos muitos casamentos dos vários pais. Vinte meninas têm irmãos menores que elas, o que implica a cobrança materna de ajudarem no seu cuidado, solicitação comumente rejeitada pelas adolescentes.

A vivência das mães em suas famílias de origem mostrou-se tenuamente distinta. Cerca de metade delas viveu sempre em famílias com ambos os pais e número muito elevado de irmãos, geralmente entre cinco e dez. Os episódios de separação dos pais e os novos casamentos tiveram menor impacto, pois havia uma maior responsabilidade pela prole. Entretanto, essas mães saíam cedo de casa ou eram expulsas pelas rígidas normas familiares ou pela violência doméstica.

As mudanças familiares na vida dessas mulheres se deram abruptamente, denotando uma total falta de estabilidade no cuidado das crianças. Dessa forma, a ruptura da estrutura familiar se torna um potente fator para compor o quadro de sofrimento em que vivem, pela falta de "referências, de ordem e de continuidade para a criança seguir o seu roteiro em direção à vida adulta" (Farinatti, Biazus & Leite, 1993). Cria um problema não pela falta da estrutura em si, mas pela repercussão que tem na qualidade e na estabilidade do afeto por parte de pelo menos um provedor.

Apenas cinco adolescentes ressaltaram a presença constante da mãe nos primeiros anos de sua vida, período fundamental na formação do ser humano. Assim, a maioria das adolescentes entrevistadas morou com a mãe ou o pai apenas durante alguns períodos de sua vida, tendo seus cuidados alternados de uma casa para outra, da família para amigos ou conhecidos e mesmo de casa para a rua.

Infelizmente, para essas jovens os laços parentais com a família ampliada também são frágeis. Poucas meninas mantêm uma relação positiva com a família materna e paterna, a quem poderiam recorrer para serem compreendidas e protegidas nos momentos difíceis da vida.

A tendência a não se envolver com a família ampliada parece perseguir as mulheres entrevistadas. Na geração das mães os relatos são similares, excetuando-se os casos em que tenham sido criadas ou vivido com um dos familiares.

A falta de outras opções de inclusão na estrutura familiar satisfatória fez com que mais da metade das adolescentes tivessem vivência de rua, denotando o grau de abandono em suas vivências. Para muitas, a experiência na rua começou precocemente, entre os cinco e os 12 anos de idade.

Embora algumas tenham relatado que vendiam mercadorias fora de casa quando muito pequenas, a fuga do lar foi uma estratégia para se livrar de uma série de problemas. Uma questão se mostrou relevante como fator de fuga da família: o excesso de rigor dos pais ou responsáveis, tentando impedi-las de sair para namorar ou de se divertir em bailes. Nesse momento, a influência dos amigos da comunidade se faz presente, se eles portam modelos de liberdade que incitam à jovem a ruptura familiar.

A rua parece atrair essas jovens pela liberdade que proporciona e pelo distanciamento familiar que possibilita. Entretanto, por mais intensa que seja a vida na rua, de vez em quando a menina visita a família, tentando inutilmente recuperar o vínculo afetivo.

O espaço da rua é vivenciado em pequenos grupos. Em geral, são grupos mistos e fugazes, servindo tanto para apoio durante os roubos quanto para a proteção noturna. A baixa tolerância a frustrações, assim como a agressividade que as condições adversas levam essa população a desenvolver, põe rápido fim a essas uniões.

A vitimização emocional é outro fator crucial para se compreender o encaminhamento das jovens para o universo infracional. Costuma ocorrer acompanhada do abandono, mas tem dinâmica própria. Embora todo ser humano seja suscetível a vivenciá-la, as mulheres se encontram em posição de grande vulnerabilidade. Como afirma Garbarino, "rapazes externalizam seu comportamento através da agressão, garotas são ensinadas a falar sobre o que sentem. Rapazes são ensinados a punir outras pessoas, enquanto garotas são ensinadas a manter suas dores dentro de si" (Garbarino, 1999:52). Certamente, o custo dessa internalização é elevado.

Uma das formas mais comuns de abuso emocional é a rejeição. A forma como a criança percebe e significa uma vivência de rejeição é responsável pelas conseqüências.

A rejeição é considerada um "câncer psicológico", pois vai se desenvolvendo paulatinamente e interferindo no desenvolvimento da auto-estima da criança, na sua competência social e na sua capacidade de estabelecer relacionamentos interpessoais íntimos, positivos e saudáveis.

Uma das mais evidentes formas de rejeição materna às adolescentes entrevistadas pode ser constatada pelas expressões que elas usavam para descrever as filhas. Colocando lado a lado os adjetivos positivos e negativos, surpreende a maior dimensão do segundo grupo. Vale ressaltar que o rótulo negativo geralmente ocorre ao se comparar a menina entrevistada com outro irmão ou irmã.

A descrição da maioria das mães mostra que as meninas são: desobedientes, desaforadas, implicantes, preguiçosas, agressivas, violentas, ciumentas, descuidadas, chantagistas, egoístas, inseguras, teimosas, sem limites, influenciáveis, gananciosas, atiradas, incompetentes, agitadas, rebeldes, petulantes, malcriadas, levadas, interesseiras, impossíveis, irresponsáveis, deprimidas, moles, safadas, desavergonhadas, atrevidas, respondonas, avançadinhas, masculinizadas e nervosas. Esses adjetivos tanto podem significar formas inconscientes de rejeição como a existência de atributos de personalidade mais fortes, com os quais as mães têm maior dificuldade de lidar.

As adolescentes não parecem perceber explicitamente essa desvalorização. Contudo, o impacto emocional ficou mais evidente quando algumas mencionavam ser filhas indesejadas pelos pais – seja pelas tentativas de aborto, seja pelas constantes críticas que lhes fazem. Analisando a fala das mães, fica evidente o que para as adolescentes é apenas uma suposição: a preferência por outro filho, em geral homem, ou então por uma filha que tenha o típico perfil feminino e doméstico, assumindo o cuidado da casa e dos irmãos, auxiliando na difícil tarefa de controle familiar. É importante apontar que muitas das críticas feitas às filhas "rebeldes" são relacionadas a conflitos típicos da adolescência, como responder aos pais e manifestar desejo de independência, por exemplo.

Essa preferência materna por algum filho agrava ainda mais o convívio entre irmãos, já deteriorado pela pouca intimidade existente entre eles, que cresceram em diferentes núcleos familiares.

Os ciúmes entre irmãos são difíceis de serem administrados pelas mães. Por um lado, há os poucos recursos econômicos para distribuir entre tantos filhos; por outro, dificuldades emocionais delas próprias também contribuem para as complicadas relações que mantêm com os filhos. Tendem a reproduzir os mesmos mecanismos de comunicação que tiveram com seus irmãos na família de origem, dos quais a maioria se encontra isolada.

Outra forma de vitimização psicológica decorre de agressões verbais que instauram o clima de medo e ameaças e aterrorizam uma criança, trazendo dificuldades para estabelecer relacionamentos futuros baseados em confiança. Venguer et al. (1998) revelam a importância dessa forma de violência sobre a mulher, podendo incluir gritos, ameaças de dano, isolamento social e físico, ciúmes e possessibilidade extrema, degradação, humilhação, insultos, críticas constantes, acusações sem fundamentação e atribuição de culpa por tudo de errado que acontece, dentre outras formas de intimidação.

Essa situação foi vivida por Alda, nome fictício, que aos 13 anos de idade foi presa por acompanhar o namorado num homicídio. Vive com o pai, a mãe e uma irmã em zona rural do Rio de Janeiro. Desde os dois anos ia trabalhar na lavoura, prática que se recusa a manter desde que começou a se sentir mal devido à intoxicação por agrotóxico e foi operada no estômago. Para compensar sua deserção da atividade responsável pela sobrevivência familiar, Alda assumiu todo o serviço doméstico, fazendo-o muito bem, segundo a própria informação de sua mãe. Também já tinha feito faxina em outras casas, contribuindo para o sustento da família. Contudo, essas tarefas não são valorizadas pela família, que se ressentia da redução da força de trabalho na roça: "Eles ficam me jogando coisas na cara, que eu era feia, que era pra mim sair de casa. Que eu não merecia aquele prato de comida, que eu não trabalhava para merecer. A mãe me jogava na cara que se soubesse que eu ia ser assim, tinha me deixado morrer quando eu era pequena."

Em alguns casos as meninas encontraram na figura materna o aprendizado, passo a passo, sobre como cometer infrações. Esse tipo de indução a comportamentos ilegais tem sido chamado de abuso emocional do tipo corrupção (Garbarino, Guttman & Seeley, 1986). Ocorre quando a necessidade de identificação da jovem com a figura envolvida em comportamentos criminais é estimulada e reforçada pelo adulto. Essa situação ficou muito explícita na fala de Eliana: "É estranho, porque como é que você vai roubar, viver nessa vida e formar com a sua própria mãe?" Na prática, seria muito mais freqüente entre as entrevistadas se fossem considerados outros parentes mais afastados, como tios e primos.

Outra consequência do abandono e do abuso emocional que muitas das mulheres entrevistadas vivenciaram é a sensação de estranhamento ao se reencontrarem já na adolescência da filha. A distância que foi estabelecida entre elas as assusta quando são obrigadas a conviver, pela primeira vez, juntas.

A incapacidade de diálogo é uma queixa freqüente: "Minha mãe é legal. A gente nunca teve contato uma com a outra. Eu não tenho coragem de chegar pra minha mãe e dizer o que eu sinto, e ela também não tem coragem de chegar pra mim e dizer o que ela sente. A gente nunca conversa."

Nenhuma das jovens que cresceu sem a mãe por perto conseguiu superar o estranhamento causado pela convivência com ela, quando iniciada apenas na adolescência. O distanciamento, os diferentes hábitos, costumes e valores trouxeram seqüelas difíceis de serem superadas, especialmente no plano afetivo.

A solução encontrada pelas jovens foi a separação da mãe, optando pela rua, por morar com novos parceiros ou mesmo por construir o próprio lar, sozinhas. Apesar disso, há sempre uma mãe presente, seja pela sua negação, seja em sonhos.

Com grande freqüência, é a adolescente em conflito com a lei que assume a responsabilidade pelo fracasso da relação mãe-filha. Mesmo havendo muita crítica em relação à mãe, a culpa impera na vida dessas garotas por causa do sofrimento que sua vida infracional tem levado à família. Em grande parte das meninas, a falta de carinho da mãe é flagrante, bem como a necessidade de afeto.

A vitimização física também é comum na vida das entrevistadas. Embora no nível legal venham ocorrendo muitas mudanças em relação à violência contra a mulher, na prática a situação de subjugação feminina na família ainda se mantém presente, como vem sendo relatado em numerosos trabalhos e novamente constatado nas famílias entrevistadas. Quatro fatores são apontados por Carrillo (1997) para justificar a elevada prevalência da violência contra a mulher: a desigualdade econômica entre homens e mulheres; o padrão de violência física para resolver conflitos; a autoridade masculina; o controle da tomada de decisões e restrições para as mulheres no que se refere a sair de casa.

A violência física serve como forma de controle do homem sobre a mulher na esfera doméstica. Heise (1994) diz que o específico na violência contra a mulher, em relação às outras formas de violência, é a força ou coerção alimentada e tolerada socialmente. Nem sempre essa força será diretamente utilizada para aumentar o poder masculino. Porém, há casos em que, mesmo sem haver essa intenção, o resultado final é o aumento da subordinação feminina.

Dentre as mulheres presas, vários estudos têm demonstrado a elevadíssima proporção de violência física. Essa relação de dominação pode ser verificada em todas as esferas da vida das mulheres entrevistadas: seja como violência do pai contra a mãe, seja como violência física dos pais sobre as filhas, durante o processo de socialização; nas relações que estabelecem com os parceiros afetivos e colegas; e na violência dos policiais, com os quais se confrontam na vida infracional.

A relação conjugal dos pais da maioria das adolescentes é marcada por brigas, discussões e agressões físicas. Apenas seis meninas consideram que seus pais se relacionavam bem, mesmo

após a separação. A memória sobre a relação conjugal dos pais traz sentimentos desagradáveis. As agressões são corriqueiras e contadas como situações naturais, corroborando o que se chama de "banalização da violência", comum nas diferentes culturas e classes sociais, quando se trata de violência intrafamiliar.

Em um primeiro momento, quando se conversa com elas sobre as relações familiares, as jovens falam sobre "discussõezinhas, uma vez ou outra, que é normal de todo casal". A seguir, detêm-se nas brigas que envolvem agressões físicas, em que a mãe se torna a vítima principal, pela fragilidade e subalternidade com que se coloca na relação conjugal. O principal fator motivador das brigas é o ciúme da mãe pelo comportamento infiel do pai.

É interessante constatar que houve poucas menções de agressão física entre os pais das mães entrevistadas, os avós das adolescentes infratoras. Na geração desses avós havia maior percentual de casais vivendo juntos e, mesmo em caso de separação, constatou-se uma certa manutenção do vínculo entre o homem, sua ex-mulher e seus filhos. Parte desse comportamento pode ser entendido pelas normas tradicionais de conformismo e submissão dessas mulheres para com seus esposos, diante da mesma situação de traição, bem como pela manutenção do compromisso masculino de prover o lar.

Indaga-se se havia uma reduzida frequência do fenômeno ou se o distanciamento no tempo e um maior grau de sigilo intrafamiliar verificado em gerações anteriores pode estar contribuindo para a pouca relevância dada pelas mães ao tema. Outra hipótese que pode ser formulada é se há maior capacidade de compreensão, adquirida com a maturidade, observada entre as mulheres das distintas gerações.

Quanto às formas de educar, apenas cinco dentre as adolescentes disseram não apanhar dos pais, que lidavam com os problemas dando conselhos a elas. Outras sete disseram ter recebido castigos, palmadas e pequenas agressões. Os castigos são: físicos, como ficar ajoelhada em carço de milho; psicológicos, como passar determinado tempo lendo tudo que errou na prova; ou de restrição de liberdade, como ficar trancada no quarto e não poder sair de casa.

As demais 15 jovens explicitaram que a agressão física foi a forma privilegiada de punição, escolhida por pais, padrastos, irmãos, avós ou madrastas para discipliná-las: "Meu pai um dia pegou o pé dele e botou atravessado no meu pescoço. Como se quisesse me matar" (Elen).

Os motivos que comumente geram as situações de violência são: desrespeito às normas familiares, especialmente não chegar no horário marcado pelos pais; fuga de casa; falta à escola; recusa em ajudar nos serviços domésticos; namoros; uso de cigarro ou droga; ciúmes do padrasto em relação à mãe; ou mesmo atos banais, como a adolescente comer uma fatia de salame, que era desejada pelo pai.

Os objetos citados e utilizados na violência familiar geralmente são: borracha de pneu, cabo de vassoura, pedaço de pau, carço de milho para ajoelhar, corrente presa na cama, vara, chinelo, faca, cinto e ferro. Além disso, socos, chineladas, tapas, chutes, facadas e ameaças com armas de fogo.

Em muitos casos, as meninas parecem querer amenizar as agressões cometidas pelos pais. Justificam as severas violências sofridas alegando terem sido elas próprias as causadoras dos atos violentos praticados por eles.

Na geração das mães, a prática de disciplinamento e socialização pela violência física foi relatada por metade das entrevistadas, mostrando como bater é uma estratégia que se repete ao longo das gerações. Várias dessas mães, mesmo que criticando as atitudes violentas praticadas pelos pais, acabam por dar alguma justificativa para seu comportamento.

Uma última forma de vitimização física relatada foi a praticada por agentes da lei. Mais da metade das jovens relatou episódio de violência física cometida por policial, revelando o quão corriqueira é essa agressão na vida de adolescentes envolvidas em atos infracionais. Não é apanágio das mulheres sofrer esse tipo de abuso. Muitos estudos têm demonstrado a violência policial no país — seja contra infratores, seja dirigida à população de jovens em geral (Assis, 1999; Minayo et al., 1999).

Os relatos das meninas mostram um grau de crueldade na relação não condizente com a fala corrente dos traficantes, segundo os quais as mulheres seriam mais bem tratadas pelos agentes da lei. Muitas contam situações em que os policiais enfiaram suas cabeças na água, com ou sem plástico, até elas perderem o ar; lançaram suas cabeças na poça de lama; deram-lhes tapas na cara; socos no peito; bateram com suas cabeças contra a parede; agrediram-nas com pedaços de pau; ou as obrigaram a traficar para eles.

A corrupção desses profissionais também faz parte da vivência cotidiana das adolescentes, pois elas são chantageadas para que dêem a eles elevadas quantias, muito além de suas posses. Está em jogo o dinheiro oriundo do tráfico ou dos roubos. Uma visão mais crítica dessa atuação foi apresentada por uma adolescente: "Se eles fizessem o serviço deles, de acordo com a lei, eu acho que seria mais fácil pra eles pegar o ladrão, porque aí eles prenderiam toda vez que eles pegassem. Agora, eles fora da lei, eles preferem dinheiro" (Eliana).

Dois jovens de classe média foram tratadas de forma diferenciada pelos policiais.

As jovens acreditam não haver diferença na violência do relacionamento dos policiais para com elas, nem por serem mulheres, nem por serem "menores". Pelo contrário, citam algumas localidades em que os policiais são mais rigorosos com as mulheres por considerarem-nas "safadas", "piranhas", "vagabundas", exprimindo assim o quanto a transgressão do papel feminino socialmente esperado as incomoda. São direta ou indiretamente sempre agredidas e mandadas "de volta ao tanque e à pia, de onde nunca deveriam ter saído", segundo esses agentes que sintetizam, nos seus modos, o extremo da repressão patriarcal.

A experiência de abuso sexual aconteceu muito cedo na vida dessas mulheres. Dentre as 27 adolescentes entrevistadas, dez sofreram estupro e seis vivenciaram episódios de assédio sexual, todas com menos de 15 anos. Na geração das mães, das 20 entrevistadas seis se disseram vítimas de alguma forma de abuso sexual. Para muitas dessas mulheres, a experiência sexual violenta foi o marco da entrada no mundo adulto.

São várias as conseqüências de abuso sexual. Distúrbios psicosssexuais são alguns dos mais relatados resultados dessa violência, além de depressão, condutas automutiladoras e auto-aniquiladoras, baixa auto-estima, tendência suicida, problemas nas relações interpessoais, prostituição e homossexualidade feminina (Farinatti, Biazus & Leite, 1993; Charan, 1997; Gomes, 1994).

Estudos feitos com mulheres presas comprovam a freqüência mais elevada da violência sexual nessa população.

Quando o agressor sexual é uma pessoa da família, o problema criado para a menina é muito grave, porque a atinge no seu núcleo fundamental de proteção, confiança, afeto e relação de dependência. Três jovens e seis genitoras foram vítimas desse tipo de abuso sexual. Elen e Inês sofreram abuso sexual dos padrastos e receberam de suas mães a mesma solução: ambas se omitiram na hora de agir em defesa das filhas. Fingiram não existir o problema e procuraram afastar a jovem do meio familiar. Conseguiram, assim, manter o padrasto abusador em sua posição habitual de provedor financeiro e moral da família. Toda essa reação se deu de forma tão sigilosa e perversa que levou as adolescentes a se culparem por todas as mazelas familiares e, principalmente, por todos os sofrimentos de sua mãe.

A dominação masculina nessas famílias está tão internalizada como natural que as meninas nem questionam a si mesmas, ou as suas mães, sobre a legitimidade ou ilegalidade das ações desses homens.

Seja a agressão sexual sofrida na infância, seja na vida adulta, o sofrimento evidenciado por essas mulheres continua afetando a capacidade relacional com homens e com os filhos. O sigilo não acaba com o sofrimento dessas mulheres; pelo contrário, exacerba as experiências, tornando-as um acervo familiar, evidenciado especialmente no trato com as filhas mulheres, prováveis e potenciais vítimas da mesma agressão.

Nove adolescentes e uma das mães contaram episódios de abuso sexual provocados por pessoas de fora da família, com as quais não mantinham relacionamento.

O relato dessas experiências sexuais violentas mostra o quanto a idéia do direito masculino ao corpo da mulher continua arraigada, gerando e alimentando a dificuldade em mencionar o assunto. Esse silêncio contribui para manter a impunidade. Os maus momentos vividos também acarretam conflitos nas relações sexuais posteriores. As mais diretas e facilmente observáveis são o nojo, o medo de novos intercursos e a preferência por relação sexual com mulheres no espaço institucional. Mas os resultados da violência afetam toda a história de vida dessas mulheres.

Outros agentes desse tipo de abuso foram relatados por seis jovens, que vivenciaram assédio e violência sexual por parte de policiais, com os quais passaram a conviver em função da inserção infracional.

As histórias são muito similares. Além da agressão física comumente empregada por esses agentes contra todos os infratores, independentemente de sexo, as meninas são solicitadas a prestar favores sexuais para não serem presas.

A maioria conta o assédio sexual, mas nega orgulhosamente ter cedido às ameaças, preferindo assim assumir as conseqüências.

Três possibilidades surgem na negociação com os policiais. A primeira delas é decidir entre praticar algum tipo de ato sexual (transar, "dar uma mãozinha" ou "fazer um boquete") ou ser presa. Outra possibilidade é optar entre praticar algum tipo de ato sexual ou morrer. Por último, a alternativa é trocar favores sexuais por dinheiro, relógio ou outros objetos. A reação de repulsa e indignação das adolescentes a quaisquer das três opções é unívoca.

As jovens manifestam rejeição não apenas aos policiais como também às colegas que a eles cedem. Falam dessas garotas sempre na terceira pessoa. Percebe-se ser uma norma do grupo distanciar-se de qualquer envolvimento com policial, regra rigidamente estabelecida nesse meio, que chegam a constituir-se numa questão moral. Entretanto, lê-se nas entrelinhas que, por vezes, a autoridade e a força empregadas pelos agentes da lei podem se sobrepor à força e às regras estabelecidas no mundo infracional.

A Relação com Amigos, Familiares e Parceiros e a Influência das Drogas

A influência do grupo de amigos sobre um adolescente tem sido importante tema abordado pelas teorias sobre delinqüência juvenil. É no grupo que muitas jovens encontram incentivo e apoio para a saída do lar e passam, em conjunto, a praticar atos infracionais.

De maneira geral, as mães identificam as más companhias como a causa da mudança do comportamento das filhas. Entretanto, nota-se que a força dos amigos se exerce com maior intensidade nos momentos em que os conflitos familiares se exacerbam.

As meninas desenvolvem amizades para ir a bailes ou passear na comunidade, mas o destaque que dão às amigas e aos amigos é reduzido. Quando estabelecem relações com os parceiros, as amizades ficam em segundo plano em suas vidas.

A influência dos familiares envolvidos em criminalidade ficou comprovada entre as meninas que agregam a freqüente experiência de criminalidade da mãe à relatada em relação aos pais, padrastos, irmãos e tios. Cinco mães tinham histórias de envolvimento com a criminalidade.

É importante ressaltar que todas as mães que já estiveram envolvidas com atos infracionais fizeram menção às filhas em algum momento da entrevista, projetando-se nelas. Disseram usar sua experiência no intuito de alertar as filhas para o caminho que estão seguindo.

Metade das adolescentes relata ter outros parentes envolvidos no mundo infracional, além das mães. O comprometimento do pai foi narrado por três meninas. Irmãos, primos, primas, cunhados também são comumente mencionados como envolvidos, facilitando o ingresso das meninas na infração. Notou-se um certo constrangimento por parte das meninas ao relatarem o vício ou envolvimento dos pais com a vida do crime.

As histórias de mortes violentas são muito comuns. As mortes dos parentes aparecem de forma muito relevante nas falas que expressaram a dor que ainda mobiliza essas jovens.

O uso de álcool como problema, especialmente pelas figuras masculinas como pai, tio e avô, com conseqüentes histórias de violência provocadas pela bebida, foi também relatado. Dentre as mulheres entrevistadas, esse problema também se mostrou relevante.

A figura masculina do "parceiro" presente na vida das jovens representa uma relação tão autoritária e hierárquica como a que a jovem tinha em sua família de origem. Por essa razão, a preferência dos parceiros pela vida infracional acaba por levá-las para o mesmo espaço de risco. Todas as adolescentes entrevistadas tiveram pelo menos um companheiro envolvido em tráfico ou roubos. Muitas delas apresentaram uma seqüência de envolvimento com homens criminosos, mencionando a preferência por homens mais fortes, poderosos e capazes de supri-las financeiramente.

Algumas meninas mantêm relação com homens mais velhos, que ocupam posição de destaque no tráfico de drogas. Estes tornam-se "donos" e responsáveis pelas garotas, que aceitam, em troca da proteção, a submissão e, no caso de algumas, a agressão física.

As adolescentes entrevistadas mostraram alguma forma de rejeição ao padrão feminino socialmente esperado, representando um movimento de tentativa de libertação do que lhes foi oferecido como herança: a falta de saída, a submissão e o conformismo com o estilo de vida das mães. No entanto, esses modelos estão tão introjetados em suas vidas que elas tendem a repeti-lo, em intensidades variadas, em suas relações amorosas.

Tanto na vida das jovens quanto na de suas mães, percebe-se uma relação pautada na cultura machista. As adolescentes procuram homens que, em sua grande maioria, exercem atividades ilícitas, têm a mesma origem social e também são jovens – excetuando-se casos em que o envolvimento é com o gerente e dono de pontos de droga, que apresenta idade mais avançada. Os namorados logo se sentem seus donos e, assim, consideram-se detentores de vários direitos sobre elas: "bem ou mal é (dono), porque ele tá contigo, te sustenta, você depende dele". Trazem consigo a certeza histórica de que as mulheres devem ser submissas aos desejos e às ordens do macho, pois foi dessa forma que se constituiu a vida de suas mães.

Os namorados não abrem mão de usufruir de seus "direitos masculinos", nem quando batem nas namoradas. Tampouco se privam de viver as relações que desejarem ou lhes convierem. A constatação de seus companheiros terem outras mulheres é assumida como fato consumado, tornando-se um motivo secundário para as desavenças entre o casal: "...não adianta a gente brigar, porque bandido não tem uma mulher só. Mas o que ele mais importa é aquela que tá ali em casa, que faz as coisas pra ele e que tá ali todo dia. As outras não... é pra comer e jogar fora".

Logo, os homens são perdoados, porque esse fato "faz parte da sua natureza" e a culpa recai sobre as outras mulheres, "que perdem a linha por causa de pó".

A fala feminina condena a violência dos pais sobre as mães, evidenciando revolta e disposição para uma possível denúncia. Essa mesma fala justifica a relação semelhante que elas estabelecem com os parceiros. A agressividade no relacionamento conjugal surge como algo naturalizado pela cultura, fazendo parte da realidade cotidiana desse grupo. Por isso não desenvolvem raiva pelo companheiro; ao contrário, muitas vezes dão razão a eles por seu comportamento violento e consideram que fizeram por merecer.

É verdadeiro também o fato de que nem todas as jovens aceitam sofrer violência dos parceiros, reagindo firmemente e desejando fugir do padrão feminino de vitimização que aprenderam.

Torna-se claro que, apesar das numerosas experiências amorosas negativas que acumularam em suas vidas, a esperança de encontrar alguém que seja "para sempre" não se dissipa. É presente uma visão idealizada e romântica sobre o amor.

Nas mães, não se percebe mais essa imagem idealizada do romance e dos homens, substituída pelo provedor material para os muitos filhos que precisam alimentar. Elas têm uma visão muito sofrida e pouco romântica do futuro. São mulheres ainda jovens, que desistiram de sonhar e se preocupam apenas em cuidar da casa, das próprias crianças e dos netos que começam a chegar.

Apenas três jovens entrevistadas nunca utilizaram **drogas ilegais**. A quase totalidade relata o uso de algum tipo, seja ela legalizada – álcool, cigarros, comprimidos tranqüilizantes – ou ilegal, especialmente a maconha, a cocaína, o *crack*, a cola de sapateiro e outras substâncias inalantes fortes como removedores de tinta (Tini e Bin). A maconha é a líder, seguida por cocaína, cola e álcool. Apenas cinco meninas disseram ter conseguido superar a dependência.

As adolescentes que têm vivência na rua relataram o início mais precoce do uso de drogas; para algumas, isso se deu aos sete anos de idade. O primeiro contato geralmente é explicado pela curiosidade e pelo incentivo de colegas da escola, do baile ou da rua, parentes ou namorado, reforçando a importância do ambiente e das companhias na formação de hábitos de vida saudáveis. Resistir aos vários convites para o consumo torna-se difícil, especialmente para a adolescente que deseja ser aceita por seu grupo.

A utilização das drogas provoca distintas sensações nas jovens. A maconha induz à fome e à tranqüilidade. O uso de cocaína acarreta, na maioria das adolescentes, delírios, agitação, paranóia. A cola também é mencionada por seus efeitos delirantes. Esses efeitos que acompanham o uso das drogas ilegais vêm associados a outros sentimentos positivos, como dar sentido, prazer e sensibilidade à vida.

Algumas adolescentes revelam consciência das conseqüências do uso das drogas, especialmente dos efeitos de esquecimento e dano cerebral, o que não as impede de consumir.

O consumo de álcool entre as adolescentes também foi relatado. Episódios com elevada quantidade de álcool foram comumente descritos. Poucas garotas, no entanto, são como Ângela, que diz estar se tornando alcoólatra, bebendo todo dia e deixando de comer para beber.

O uso de drogas foi mencionado por três mães e o de álcool, por oito delas.

A frase de um técnico do Educandário Santos Dumont que se referiu às meninas como "brinquedos de encaixe" sintetiza as duas idéias básicas sobre a construção social da mulher: a noção de objeto utilizado para o prazer daquele que o manipula; e a eterna necessidade de complemento, como se precisassem sempre do encaixe, para se sentirem inteiras. Nesse sentido, a socialização feminina das jovens e mães entrevistadas foi muito bem sucedida.

PARTE 2

"A Vida do Crime Não É a Vida do Crime": Gênero, infração e institucionalização

Nas falas das jovens entrevistadas e de suas mães, os motivos apontados como facilitadores do envolvimento infracional foram variados. O acesso rápido ao dinheiro e a conseqüente possibilidade de adquirirem os bens de consumo almejados foram as principais razões mencionadas pelas adolescentes, especialmente das envolvidas com o tráfico de drogas. O dinheiro que conseguem com o ato infracional é principalmente gasto com a montagem de um amplo guarda-roupa.

Algumas adolescentes cooperam em casa, ampliando assim o número de pessoas que usufruem dos resultados dos atos infracionais. A posição das mães é, em geral, a de rejeitar o "dinheiro sujo" que essas filhas adquirem. Entretanto, as próprias meninas se encarregam de criar subterfúgios para que haja aceitação familiar do dinheiro, que passa a ser muito importante diante da precariedade econômica de algumas famílias.

O gasto com drogas foi mencionado pelas jovens apreendidas por roubo. Para as garotas inseridas no tráfico, esse dinheiro parece já ser descontado do total recebido das atividades, não merecendo destaque maior por parte delas. A rapidez da circulação do dinheiro adquirido e a experiência de lidar diariamente com elevadas quantias fazem com que as jovens não consigam administrar o ganho de forma a mantê-lo ou multiplicá-lo. Ademais, elas não têm hábito de poupança. O consumo é imediatista. Perdem-se em cifras elevadas e dão valores excessivamente altos a mercadorias banais.

Em segundo lugar, as jovens apontam como fator impulsionador para a infração a relação com a família: a falta de segurança, os maus-tratos físicos e psicológicos, a educação muito repressora, as perdas familiares e a falta de alguém que imponha limites.

A violência sexual do estupro também marcou algumas jovens, a ponto de elas não enxergarem mais a possibilidade de uma existência honesta, como se a agressão sofrida as tivesse rotulado como inaptas e não merecedoras de uma vida comum como a das jovens de sua idade. O estigma da perda da virgindade, especialmente quando a violência se dá por vários homens ou é de conhecimento geral, faz que considerem o casamento e a escolaridade inviáveis. Assim, a entrada no universo infracional surge como uma fatalidade.

A influência de parentes, amigos e namorados é relatada como outro fator propulsor para o envolvimento infracional, reiterando o que Becker (1977:78) afirma: "em muitas

atividades desviantes essas motivações são aprendidas na interação com membros mais experientes do grupo desviante, ou seja, são aprendidas a partir de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante em particular".

Para as adolescentes que roubavam, o grupo de amigos, especialmente aquele formado pelos companheiros e companheiras da rua, foi importante influência. Essas "más companhias" passam a ensinar os primeiros passos para ter êxito nas atividades ilegais. A necessidade de se mostrarem pertencentes ao grupo as torna leais e boas aprendizes. A pressão do parceiro envolvido em atos infracionais e a influência direta de uma mãe "há trinta anos ladrona na cidade" (Eliana) também foram motivos relatados.

Algumas jovens foram cooptadas pelos colegas do sexo masculino, que precisavam de uma figura feminina menos visada para viabilizar o roubo. Nesses casos, tornaram-se figuras com participação secundária.

Na visão das mães, a influência dos colegas, especialmente das amigas, é motivação fundamental para a mudança de comportamento das adolescentes, argumento semelhante ao utilizado para justificar a entrada de adolescentes do sexo masculino no universo infracional (Assis, 1999).

A influência dos maridos e parentes a que se afeiçoam é também mencionada como porta de acesso ao tráfico de drogas. A relação afetiva estabelecida com o parceiro se torna prioridade em detrimento de todas as outras relações familiares e de amizade outrora existentes. As mães têm visão semelhante a esse respeito, especificando o agravamento das relações com a filha por causa dessa influência.

Duas outras razões foram mencionadas apenas pelas mães: o uso de drogas e a herança de características negativas dos pais, apontando para a internalização do estigma que essas mães provavelmente impuseram a suas filhas.

Um último fator aventado para explicar a vida infracional é o prazer da aventura, que parece ser o motor propulsor para muitas jovens entrevistadas. A força que exercem e o medo que impõem ao roubarem, o acesso às armas, a possibilidade de atirar e enfrentar policiais, atividades comuns ao tráfico, colocam as jovens em constante estado de excitação.

As motivações relatadas pelas jovens reforçam a não-internalização do compromisso com alguns valores da sociedade, especialmente no que se refere às normas sociais de propriedade privada e de respeito às autoridades legais. Elas pouco têm a perder, motivo pelo qual o rompimento com o comportamento esperado pela sociedade é facilitado. O preço dessa insubmissão é o sofrimento, além de muitas outras conseqüências dolorosas. Em suas vidas, predomina o impulso em detrimento da racionalização sobre as conseqüências dos atos praticados.

Quanto ao mecanismo pelo qual Becker (1977) explicita a opção desviante, as técnicas de neutralização, veremos no decorrer do texto que as explicações dadas pelas jovens

justificam as "escolhas" que fizeram. Em nenhum momento o ato infracional (e as vítimas dele) foi mencionado nos diários das jovens, apontando um caráter secundário pelo menos aparente que tem no seu cotidiano. Nos relatos técnicos, menções são feitas à ausência de sentimento de responsabilidade diante das ações infracionais.

Esses fatos podem estar relacionados às formas como a jovem em conflito com a lei reduz a significação dos seus atos: definindo-se como isenta de responsabilidade pelas influências que sofreu em sua vida; não dimensionando os efeitos que seus atos provocam sobre outrem; considerando que o dano infligido não é um erro, em decorrência de estar motivado por situações específicas como uma vingança, o que torna a situação justificada; ou ainda sentindo-se correta diante da necessidade de atender à demanda de um grupo menor ao qual pertença (por exemplo, atendendo às normas do tráfico de drogas), em detrimento da sociedade maior (Becker, 1977).

Todos esses mecanismos corroboram para manter as jovens fora dos padrões socialmente aceitos e contribuem para o surgimento de um estigma que as marcará a partir de então. As diferentes aproximações do mundo infracional variam em função do tipo de atividade que elas desenvolvem, destacando-se a entrada no mercado ilegal de drogas, os roubos e os homicídios.

Mulheres no tráfico

Trabalhos anteriores sobre o universo prisional feminino no Rio de Janeiro (Feem, 1982; Lemgruber, 1983; Dantas, 1985; Pereira, 1993; Silva, 1994; Oliveira, 1995; Bastos, 1997) foram realizados quando os roubos eram a principal razão para a detenção de mulheres, fato que veio a se modificar em meados da década de 90. Pouco se sabe, portanto, sobre a inserção das mulheres no tráfico de drogas. Um artigo que trata do tema foi publicado por Zaluar (1994), que fala a respeito das "mulheres de bandido, mistura de mulher-mãe e de macho na guerra entre homens", relatando três casos observados em seu estudo, considerados fora do padrão feminino na comunidade em que viviam, ainda na década de 70. Tinham um perfil de independência e sabiam se articular ao esquema do tráfico local, cuidando dos "negócios" para parentes e tomando para si os homens que desejavam como parceiros sexuais. Contrapondo-se a essas exceções, mostra o perfil habitual das mulheres relacionadas ao tráfico, naquele período, descritas como personagens secundárias.

Na década de 90, a situação se modificou em muitos aspectos. A questão fundamental que se pretende abordar a seguir é a real posição de adolescentes do sexo feminino no tráfico de drogas do Rio de Janeiro, permitindo lançar luzes sobre o crescimento estatístico de seu envolvimento nessas infrações, que hoje representam a primeira causa de aprisionamento de mulheres de todas as faixas de idade no Rio de Janeiro.

A constatação do aumento do número de mulheres trabalhando no tráfico é fala corrente entre as entrevistadas, que no entanto compreendem ser preciso ter algumas características consideradas pouco femininas para conseguir sucesso nessas atividades. Os atributos tidos como fundamentais são: disposição, sinônimo de coragem, força física para correr, pular muros

e nadar; além de brio para apanhar sem entregar o nome dos integrantes do "movimento". Não podem "amarelar na hora" ou aparentar insegurança, pois são cobradas ao menor vacilo: "nem parece que é bandida, cheia de medo!"

Para essas mulheres, o tráfico é "da natureza" do homem. A necessidade da captação de parceiras para a sobrevivência do "movimento" faz com que surjam novos argumentos.

O envolvimento das garotas no tráfico muitas vezes não é evidente para os familiares e conhecidos, que tomam consciência da realidade no momento da apreensão. A adolescente escamoteia suas ações e sente-se mais livre para agir.

A inserção feminina no tráfico se dá sob duas principais formas. A primeira delas reflete a profunda sujeição aos mandos masculinos, correspondendo ao que habitualmente se denomina "mulher de bandido". A iniciação das adolescentes é feita pelo parceiro. É habitual que este tente vedar sua participação ativa, deixando-a restrita ao limite do lar. Elas dizem que, às vezes, chegam a ponto de se esconder do parceiro para fazer uso de drogas. Entretanto, pela proximidade com as atividades ilegais, essas jovens rapidamente tomam ciência de todos os fatos, assistem a vários episódios de violência, temem por seus parceiros e aprendem a se defender e a defendê-lo, mesmo acima de sua própria segurança. Como essas ligações afetivas têm vida muito curta, rapidamente elas estão formadas nos códigos do tráfico, passando a buscar posições mais ousadas no "movimento" nos relacionamentos afetivos posteriores, ou mesmo começando a agir de forma totalmente independente de qualquer homem.

Outro distinto grupo de garotas que se envolve no tráfico o faz de maneira mais independente de maridos e namorados, podendo ter a entrada facilitada por parentes ou amigos. Essa forma de inserção não indica que tenham excluído a influência masculina em suas vidas, mas que este não é o fator determinante da entrada e da continuidade na atividade infracional.

No que se refere aos cargos subalternos, como os de vapor e "endolador", as mulheres que atuam diretamente na venda desenvolvem as mesmas atividades que os homens, tendo de desempenhar as mesmas funções, sem nenhum privilégio. Cumprem as escalas de trabalho e se relacionam com os demais jovens de igual para igual. A mulher tem preferência quando se trata de transportar drogas para outros locais, atuando como "mula", porque há a idéia de que são menos visadas pela polícia e, portanto, teriam mais êxito na entrega do material. A mulher grávida teria ainda maior valor, pois não é alvo de revistas, nem de agressões policiais. Esses pressupostos para contratá-las, comuns entre os traficantes, parecem, no entanto, não ser levados em conta pelas forças de repressão, pois mostram-se muito graves as violências policiais sofridas pelas entrevistadas quando apreendidas pelos agentes da lei.

Algumas adolescentes foram aliciadas pelo tráfico por meio do vício com que os traficantes as alimentaram. O consumo de drogas pela adolescentes foi comumente anterior ao início do trabalho de venda, mostrando a importância da dependência como mais um fator estimulante ao desejo de consumo e facilitador do engajamento no trabalho no tráfico, inclusive para manter o uso.

O tráfico de drogas é considerado por essas jovens como uma rotina de trabalho, pois, se não o fizerem, não ganham. É cansativo, "sujo", exige muita disciplina e acordar cedo.

A disposição para executar o trabalho está sempre sendo testada: para que ela possa "ser considerada", não pode "dar mole", tem que "saber fazer conta" para não enfrentar problemas com o acerto das vendas e mostrar que é muito corajosa. Nesse sentido, as meninas com melhor escolaridade têm mais sucesso no gerenciamento do dinheiro movimentado.

As provas de bravura e coragem masculina são testes a que se submetem a todo instante. Não deixam também de participar da crueldade com que o tráfico trata os alcagüetes. Conhecem todos os meandros, aceitam as regras do jogo, mas muitas delas revelam um sentimento maior pelo sofrimento das vítimas do que a observada entre os rapazes infratores anteriormente investigados (Assis, 1999). Por essa razão, comumente não se colocam como agentes principais das agressões. Por vezes são usadas como iscas para levar as vítimas aos locais da execução, geralmente realizada por vários rapazes.

A convivência de todas essas adolescentes com a morte é cotidiana. Matar o outro é encarado como uma questão de sobrevivência, uma condição para não morrer, aliviando-se, dessa forma, o sentimento de culpa. "Não me arrependo de nada. Se eu não matar, eles me matam." Embora nenhuma das que respondem por tráfico seja responsabilizada por assassinato, duas delas mencionaram participação nesses episódios durante a entrevista. Uma estratégia para lidar com as emoções provocadas pelos homicídios com requintes de crueldade foi a de se acostumar com a violência, abandonando o lado sentimental que elas inicialmente possuíam.

O manejo da arma de fogo é geralmente ensinado pelos traficantes com quem as garotas se envolvem desde cedo. O treinamento utiliza métodos de aprendizado passo a passo, visando instigar o desejo da adolescente de manejar a arma de forma a conquistar o *status* e o respeito do grupo. Aquelas que obtêm êxito mostram-se radiantes e mais confiantes em si próprias, além de conseguir a atenção dos rapazes para sua proeza.

Outras garotas enfatizam o caráter de proteção que as armas lhes dão, proteção que não alcançaram na vida, por meio do cuidado e do carinho familiar e social.

Responsabilidade e coragem são sinônimos do estilo de vida exigido pelo trabalho no tráfico. É uma experiência em que o risco de morrer ou ser presa a qualquer momento obriga essas meninas a não deixarem nenhum erro para trás. O prazer do risco da vida sempre por um fio também se contrapõe ao perigo e ao medo. Traficar pela "farrá", pela "curtição" e pela diversão da vida em grupo, desafiar policiais, correr riscos a todo momento são ações que gratificam, sobretudo numa idade em que o gosto pela aventura faz parte dos sonhos e dos desejos.

Cabe ressaltar, porém, que essa demonstração de força e coragem que exigem de si não as coloca em posição de igualdade com os homens. Várias formas de controle do comportamento feminino continuam a existir na relação que estabelecem com os parceiros afetivos e com os colegas de trabalho. A violência sexual, seja a decorrente da atuação

policial, seja a dos parceiros sexuais ou até mesmo a dos próprios companheiros do tráfico, se mostra uma efetiva forma de coerção.

Toda a atividade infracional relatada até aqui teve como maior conseqüência a apreensão e a entrada no sistema judicial. Essa nova etapa é considerada pelas jovens como a mais difícil de suas vidas. Pode-se observar no Quadro 1, a seguir, o rumo institucional que algumas delas tiveram após a apreensão policial.

Quadro 1 – Dados institucionais das adolescentes que praticaram tráfico de drogas (*)

NOME	REINCIDÊNCIA	RELATO DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL
Olga	Não	Teve sua primeira entrada aos 15 anos, apreendida em casa, onde havia armas e drogas. Responde ainda por uso de drogas (art. 12 e 14). Permaneceu cinco meses no ESD, indo para o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (Criam) em SL.
Úrsula	Sim	Aos 16 anos de idade ocorreu sua primeira entrada no sistema, por estar trabalhando como fogueteira para os traficantes do local onde mora (art. 12). Foi para o ESD em internação provisória, sendo entregue aos responsáveis um mês depois. Teve a segunda entrada seis meses após, apreendida por policiais com 15 "trouxinhas" de maconha. Apanhou muito durante a apreensão, tendo necessidade de acompanhamento hospitalar. Foi diretamente para o ESD, onde ficou por um ano.
Ana	Sim	Aos 13 anos de idade foi apreendida vendendo baseado, "uma muca de cinco", na Praia de Copacabana. Passou por várias delegacias policiais antes de chegar à DPCA. Foi encaminhada para o Criam, em SL. Apresenta nova entrada, cerca de um mês depois, por causa de briga com adolescente na própria unidade (art. 129, caput), além de ser acusada de ter "estuprado" uma menina (art. 214). Foi à delegacia policial de adultos, DPCA, retornando para o ESD, onde continuou a cumprir medida. Relata episódio de destruição do apartamento da mãe, quando foi levada à Delegacia de Polícia. Este fato não consta do processo. Tem envolvimento com prostituição.
Ingrid	Não	Aos 17 anos teve a primeira entrada por ter guardado para o namorado uma bolsa com cocaína. Ficou no ESD por oito meses, recebendo medida de LA no Criam e sendo entregue aos responsáveis.

Alessandra	Não	Entrou no sistema aos 16 anos, por ter sido apreendida com "quantidade significativa de cocaína". Ficou internada no ESD por três meses, quando foi enviada de volta ao Nordeste e entregue ao Conselho Tutelar do município onde vive.
Elisabete	Sim	Aos 14 anos teve a primeira entrada no ESD, resultante das constantes evasões que praticou por quatro vezes em Criam do interior do estado. O motivo original foi ter sido apreendida com 12 "sacolés" de cocaína. Transportou cocaína na própria unidade. Na primeira vez no ESD permaneceu cerca de um mês, em internação provisória. Depois cumpriu LA no Criam, sendo entregue à tia e solicitada matrícula no ensino formal. Fugiu de casa e foi expedido mandado de busca e apreensão. Três dias depois, teve nova entrada pelo descumprimento da medida e porte de arma, que introduziu no Criam. Por essa razão, voltou ao ESD, onde ficou dois meses e foi encaminhada para uma clínica de tratamento para dependentes químicos. Foi obrigada a mudar de município e de Criam por risco à sua vida, participando de episódio de lesão corporal (art. 129, caput) e sofrendo advertência. Cerca de dez dias depois da mudança, fugiu e foi expedido novo mandado de busca e apreensão. Em menos de um mês foi recolhida, voltando ao ESD. Participou de conflitos no ESD, indo para o juizado (art. 354). Dois meses depois foi encaminhada ao Criam, de onde fugiu, e recebeu regressão de medida, voltando ao ESD. Após dois meses na unidade foi internada em hospital psiquiátrico, de onde evadiu-se. Foi capturada seis meses depois, por mandado de busca e apreensão.

SL – Semiliberdade

LA – Liberdade assistida

Finalmente, ressalta-se que três adolescentes entrevistadas estavam internadas por uso de drogas. Esse dado não surpreende, haja vista a freqüência que esse ato tem ocupado nas estatísticas da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro: 21,5% de adolescentes de ambos os sexos em 1998. Nota-se que essa tendência é distinta da relatada pelo Desipe no que se refere à prisão de adultos: cerca de 1% para ambos os sexos no mesmo ano.

Duas dessas jovens não tinham envolvimento anterior com tráfico, sendo apenas usuárias. Elena se distingue por evidenciar envolvimento com venda de drogas e posse de armas, embora esse fato não seja do conhecimento legal.

Surpreende notar que garotas tão jovens sejam apreendidas por usarem drogas em abrigos públicos. Todas elas receberam medidas mais leves. Um delas foi entregue aos responsáveis, que já haviam fracassado em mantê-la em casa, pois vivia em abrigos há muito tempo. Imediatamente fugiu de onde já havia escapado antes e logo tornou-se reincidente. Outras duas, ao chegarem ao Criad, participaram de tentativa de colocar fogo nas dependências. Tornaram-se, portanto, também reincidentes e voltaram para o ESD. A história dessas jovens mostra o absurdo de se tratar um usuário de drogas pela via da criminalização, institucionalmente contribuindo para construir o indivíduo infrator.

Adolescentes apreendidas por roubos

Os crimes contra o patrimônio, conhecidos como furtos e roubos, têm sido a principal causa de apreensão de mulheres nos mais variados países do mundo e também no Brasil. Os furtos e os roubos a lojas eram as atividades tradicionalmente preferidas. Esse mesmo perfil infracional compôs o quadro habitual do ESD até poucos anos atrás, quando a intensificação do tráfico de drogas na cidade incluiu também as meninas no negócio. Enquanto apenas três das que participaram do tráfico de drogas também confessaram roubar, metade das adolescentes que estão internadas por roubos já participou de atividades do tráfico de drogas, e todas eram usuárias. Os roubos são justificados pela necessidade de consumo de bens e de drogas.

Embora seis jovens pratiquem ambas as atividades, várias desistiram do tráfico pela maior lucratividade do roubo, pois "se divide o dinheiro com menos gente"; "pela rígida hierarquia do tráfico, pois é preciso seguir ordens do 'patrão' e se morre mais cedo"; e pela menor pressão das regras e a disciplina do tráfico: "acordar cedo, responsabilizar-se pela carga e seu pagamento". Assim, a vida no roubo é uma "escolha" que permite maior liberdade.

Várias argumentam que a angústia, a raiva, a aflição, o ócio, a fome e o desejo de consumir são os motivos que as induzem aos roubos. Vêm essa prática como a única forma possível de satisfazer suas necessidades. O roubo torna-se, então, um "vício"; elas ficam desesperadas e insatisfeitas quando não estão agindo.

O envolvimento nessa prática infracional inicia-se, em geral, por volta dos 12 aos 14 anos de idade. Os roubos costumam ser praticados principalmente em grupos de colegas de ambos os sexos ou, em casos esporádicos, com o marido ou a mãe. São executados várias vezes na semana, ou a "toda hora". Apenas quando obtêm muito dinheiro numa investida podem se dar ao luxo de descansar. Os roubos a transeuntes, citados como eventos muito comuns, são geralmente praticados com armas brancas, como facas, canivetes ou cacos de vidro. Iniciam-se por uma aproximação à vítima, assustando-a. São privilegiadas as mulheres, pois "é só botar terror nelas, que elas caem". As adolescentes que praticam roubos a carros ou ônibus costumam portar armas

de fogo, tais como 38, 48, revólver com espoleta, ou estar acompanhadas de parceiro que as carregam. O acesso às armas dá-se por intermédio do namorado ou parceiro de assalto, ou pelo contato anterior com o tráfico de drogas.

Aquelas que roubam com marido e em grupos masculinos costumam funcionar como uma espécie de "escudo" para a prática infracional.

Em relação às vítimas desses roubos, chama a atenção o fato de as adolescentes se isentarem de qualquer responsabilidade sobre as agressões que porventura tenham a elas infligido. Nenhuma das adolescentes chegou a ferir gravemente as pessoas. O uso de armas mais brandas felizmente faz com que as conseqüências das agressões sejam menores.

O quadro 2 a seguir mostra o que se sucedeu após a apreensão policial de algumas jovens. Pode-se observar que a maioria apresenta histórico de várias reincidências infracionais e a permeabilidade entre roubo e tráfico. Têm também vivências comuns de conflitos ocorridos em abrigos ou nas unidades de ressocialização do sistema de atendimento. As evasões se repetem, produzindo sucessivas entradas e saídas das unidades. Essas meninas passam boa parte da adolescência dentro da instituição.

Jovens que cometeram homicídios

Apenas duas adolescentes foram entrevistadas por homicídios. A situação das jovens do Rio de Janeiro segue a tendência mundial de pequena inserção feminina em atos dessa gravidade. Ambas contam a mesma história: que os seus namorados foram os responsáveis, sendo que ambos também eram adolescentes, e também se encontram detidos nas unidades masculinas de ressocialização. Foram, portanto, cúmplices dos homicídios. As duas meninas eram primárias e viviam em cidades do interior do Rio de Janeiro. Nenhuma das duas portava as armas de fogo com as quais as vítimas foram mortas. Ambas se disseram mobilizadas com a morte das vítimas. Alda não se arrepende de ter participado. Porém, afirma que ficou a pensar na família do morto, colocando-se no lugar da esposa viúva. Imaginava também o que teria acontecido se fosse o seu namorado que tivesse morrido, deixando-a com um filho. Ivone relata insônia, anorexia e nervosismo durante vários dias, além de arrependimento pelo que fez junto com o namorado.

O quadro 3 a seguir mostra que as duas jovens não tinham histórico infracional. As medidas judiciais dadas às duas são distintas: Alda foi entregue aos responsáveis e Ivone continua cumprindo um longo período de internação.

Quadro 2 – Dados institucionais das adolescentes que cometeram roubos (*)

NOME	REINCIDÊNCIA	RELATO DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL
Ester	Sim	Primeira entrada no sistema aos 12 anos de idade pelo art. 157, <i>caput</i> , proveniente de Delegacia Policial de Adultos para o ESD, onde ficou dez dias. Foi encaminhada para abrigo e solicitado acompanhamento psicológico e inserção em rede de ensino. Evadiu-se no dia seguinte. Deu entrada novamente oito meses depois, pela posse de cem gramas de maconha (art. 12), indo para o ESD, onde ficou vinte dias. Foi então encaminhada ao Criam para obtenção de documentos, reaproximação familiar, curso profissionalizante e verificação de possibilidade de ser colocada em família substituta. A terceira entrada ocorreu cerca de dois anos depois, por tentativa de roubo a pessoa na rua (art. 157, 2º, I e II), ficando 38 dias no ESD e indo cumprir LA no Criam, com tratamento antidrogas, matrícula em rede oficial de ensino, obtenção de documentos e reaproximação familiar. A quarta entrada se deu poucos dias depois de sua entrada no Criam, por suspeita de assalto e descumprimento de LA. Recebeu como medida a volta ao ESD, onde ficou cinco meses, retornando para o mesmo Criam. A quinta entrada se deu quatro meses após este retorno, por suspeita de ter participado de roubo de relógio (art. 157, <i>caput</i>). Foi direto para o ESD. Ficou alguns dias e recebeu medida de SL no Criam, sendo vedada pelo juiz a possibilidade de atividade externa. Evadiu-se no mesmo dia, roubou e foi novamente apreendida e internada no ESD, momento em que foi entrevistada, aos 15 anos de idade. Participou de vários conflitos na instituição, sem que isso tenha resultado em novos processos.
Eva	Sim	A primeira entrada se deu aos 16 anos, por assalto a coletivo, portando caco de vidro (art. 157, 2º). Recebeu internação provisória no ESD. Um mês após foi cumprir LA no Criam, com tratamento antidrogas. Evadiu-se três dias depois. A segunda entrada ocorreu um mês após a evasão, novamente por roubo (art. 157, <i>caput</i>). Foi para o Instituto Padre Severino cumprir internação provisória e logo encaminhada para o ESD em medida de internação. Com quatro meses de estada no ESD, teve novo processo por atear fogo a roupas e colchões, causando danos à instituição (art. 163). Foi desligada do ESD com seis meses de internação, indo para o Criam, de onde se evadiu três dias depois. A terceira entrada ocorreu quatro meses após a evasão, novamente por roubo (art. 157, 2º, II). Foi imediatamente para o ESD, onde cumpriu mais seis meses. Há relato de cometer lesão corporal na unidade (art. 129, <i>caput</i>), recebendo advertência oral do juiz. Foi desligada após efetuar exame ósseo, que comprovou que a adolescente era maior de idade. Tem envolvimento com prostituição.
Eliana	Sim	Deu entrada no sistema aos 15 anos de idade, por roubo (art. 157, 2º, II). Cumpriu internação provisória no Instituto Padre Severino. Recebeu medida de LA a ser cumprida no Criam. Três meses após foi novamente apreendida, por tentar roubar uma senhora na rua (art. 157), recebendo medida de SL no mesmo Criam. Evadiu-se na semana seguinte. A terceira entrada se deu seis meses após a evasão, por roubo e tentativa de extorsão (art. 158 c/c 14, II). Foi para outro Criam cumprir SL, com escolarização e iniciação profissional. Evadiu-se em menos de um mês. Foi emitido mandado de busca e apreensão. Cerca de um mês depois foi novamente pega

		por roubo em ônibus e encaminhada para o ESD, em internação provisória. Recebeu MSE de internação. Após cerca de seis meses na unidade, aos 17 anos de idade, nasceu seu filho, e foi cumprir SL em centro que abriga mães adolescentes. Envolveu-se em tentativa de fuga da unidade, que não redundou em novo processo.
Andréia	Não	A primeira entrada foi por tentativa de assalto a transeunte (art. 157), aos 13 anos de idade. Provém de carta precatória de município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Após seis meses, foi cumprir LA no Criam.
Isadora	Sim	Aos 15 anos teve a primeira entrada no sistema, por tentativa de roubo a taxista (art. 157), indo para o ESD provisoriamente e recebendo medida de SL no Criam, de onde evadiu-se. A segunda entrada foi por tentativa de roubo de carro de passeio (art. 157, 2º, I e II), ocorrida quase quatro meses após a evasão do Criam. Também responde por uso de drogas na unidade. Recebeu medida de internação no ESD, onde permaneceu por cerca de oito meses, quando foi para o Criam em SL, de onde evadiu-se novamente, retornando no dia seguinte à evasão. Recebeu regressão de medida, voltando para o ESD. Tem envolvimento com prostituição.
Antônia	Sim	Teve a primeira autuação aos 14 anos, por estelionato (art. 171, 2º, I), sendo acautelada no Instituto Padre Severino. O juiz fez a entrega provisória aos responsáveis, sugerindo acompanhamento psiquiátrico e psicológico e tratamento antidrogas por um período de 90 dias. Foi feita a manutenção do acompanhamento socioeducativo por oito meses. Quatorze meses após a primeira apreensão, a jovem foi internada provisoriamente no ESD por ter participado de briga em abrigo público (art. 129, c/c 14, II). Em poucos dias voltou ao abrigo, sendo indicada sua matrícula em rede pública de ensino. Quatro meses após esse episódio, foi apreendida por arrastão a coletivo (art. 157, <i>caput</i>), indo para o Criam em SL, sendo recomendado tratamento antidrogas. Evadiu-se 15 dias depois. Teve nova entrada por descumprimento de medida judicial. Voltou ao ESD e se envolveu em lesão corporal (art. 129, <i>caput</i>) e dano ao patrimônio (art. 163), nove meses após essa última entrada. Tem envolvimento com prostituição.

SL – Semiliberdade

LA – Liberdade assistida

MSE – Medida socioeducativa

Quadro 3 – Dados institucionais das adolescentes que praticaram homicídios (*)

NOME	REINCIDÊNCIA	RELATO DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL
Alda	Não	Deu entrada no ESD em internação provisória aos 13 anos de idade, por ter sido apreendida, com o namorado, por prática de homicídio (art. 121). Um mês após, foi entregue ao responsável.
Ivone	Não	Foi apreendida aos 17 anos de idade, por suspeita de participação em homicídio. Permaneceu no ESD em internação provisória. Está cumprindo medida de internação.

A marca das infrações cometidas pelas jovens é apenas a primeira de uma série de outras feridas que recairão sobre as jovens que não aderem aos padrões e compromissos da sociedade. À medida que se inserem no sistema legal vigente, outras marcas ainda mais profundas surgirão. O primeiro trauma vivenciado se refere à má qualidade da atuação policial, demonstrando o quanto o Sistema de Segurança Pública falha no momento da atuação do ato infracional. É ainda omissivo, corrupto e especializa-se na violência sexual, modo mais fácil de subjugação dessas adolescentes. Também não minimiza a violência física em relação a elas, mesmo quando grávidas, principalmente em alguns municípios da região metropolitana do Rio, onde as agressões se mostraram contundentes.

Essa recepção lastimável introduz as jovens em novos esquemas institucionais: o Sistema Judiciário, representado por juiz, Ministério Público e Defensoria (com uma pálida atuação); e o órgão executor das medidas preconizadas pelo juiz, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas, que administra as unidades de ressocialização, especificamente o Educandário Santos Dumont, a instituição investigada.

A vida institucional

O Educandário Santos Dumont localiza-se num complexo que centraliza três instituições de internamento para jovens em conflito com a lei. Externamente, assemelha-se a um estabelecimento prisional. Preenche os critérios do que Goffman (1996) chama de "instituição total", pois, além de ser marcada pela barreira ao mundo externo, todas as esferas da vida diária são realizadas em um mesmo ambiente, conforme um plano racional único.

O momento da admissão é motivo de temores das adolescentes, especialmente das primárias, de sofrerem agressões físicas de agentes e sexuais por parte das jovens homossexuais. Impressões que se revelam, com o passar dos dias, não totalmente condizentes com a realidade da instituição. É também momento marcado por um ritual de despersonalização: a revista, que consiste em desnudar-se e abaixar as pernas várias vezes, considerada humilhante pelas jovens e familiares que também passam por ela nas visitas; destituição de roupas e objetos das jovens até seu desligamento da unidade; entrega de um vestido com o qual dormem no cubículo, onde aguardam atendimento médico; entrega de uniforme da instituição; e, por fim, inserção da jovem no alojamento com as outras.

O dia-a-dia na unidade se caracteriza pela ociosidade das adolescentes, sendo opcionais as atividades pedagógicas.

As visitas de mãe, pai e filhos são permitidas e estimuladas pela equipe técnica. O encontro com as mães é geralmente ocasião para trocas afetivas calorosas, evidenciando-se situação de distanciamento em alguns casos. A ausência de mães assíduas costuma resultar em desespero, preocupação e raiva por parte das jovens.

No primeiro semestre de 1999, ocorreu uma mudança de direção que provocou grande impacto em funcionários e jovens da unidade em função da diferença de estilos entre a direção antiga e a atual. Embora esta tenha sido bem vista por todos os profissionais pelo bom convívio, notou-se uma clara divergência entre eles. Dentre os que lidam com a disciplina, observou-se uma satisfação pela autonomia que passaram a ter na nova administração. A direção anterior era querida pelas jovens, não dava autonomia aos agentes e tinha como foco de atuação o envolvimento com elas.

As dificuldades da direção atual, no entanto, estende-se a outros fatores, como demora na reavaliação das jovens pelo juiz e na emissão de sentença; dificuldade de relacionamento de alguns juizes com os gestores da unidade; falta de apoio também do Departamento Geral de Ação Socioeducativa do Rio de Janeiro (Degase), que não se envolve com esses conflitos; e desarticulação entre o Poder Judiciário e o Executivo no Rio de Janeiro, representado pelo Juizado e pelo Degase. A unidade fica, portanto, isolada em sua atuação.

Essas dificuldades repercutem diretamente na vida das jovens, que acabam por ser as maiores prejudicadas, identificando a culpa no nível das pessoas com as quais se relacionam intimamente: as técnicas e a direção.

Atrás do prédio administrativo encontra-se um amplo pátio, no qual as adolescentes passam a maior parte do tempo e onde acontece a maioria dos conflitos entre adolescentes e destas com os agentes. Entre elas, são comuns brigas, puxões de cabelo e muita agressão verbal, detonadas por banalidades do tipo: apelidos, brincadeiras, ciúmes de alguma garota ("babadage"), tomar o lugar de outra na fila, ameaçar ler o diário alheio ou pegar os objetos pessoais da colega. Como resultado, as jovens ficam muito machucadas fisicamente. As frágeis relações estabelecidas entre as garotas provêm de uma intensa labilidade afetiva, sendo raros os relatos de bom relacionamento e comum a relação de desconfiança e falsidade, avivada pelo ciúme que decorre dos relacionamentos amorosos.

Nos momentos de conflitos, a atuação dos agentes é imediata. Posicionam-se em pontos estratégicos do pátio para vigiar as adolescentes, dar proteção ao setor pedagógico e impedir fugas. É para esse local, portanto, que o foco da vigilância converge de forma mais intensa, vendo-se claramente a função implícita das instituições totais em que "a disciplina dos corpos é quase uma descrição do que ocorre" (Giddens, 1989:127).

A convivência das jovens com os agentes é muito dificultada pela insatisfação profissional e pelo esgotamento físico e emocional. Elas queixam-se da falta de articulação com a equipe técnica e ainda do Degase, que não lhes dá o respaldo necessário ao trabalho. Coexistem três tipos de agentes, com atividades similares, embora tenham funções distintas, quais sejam: monitores, antigos profissionais da Fundação para Infância e Adolescência (FIA), agentes educacionais concursados pelo Degase em 1994 e agentes de disciplina, também do Degase, contratados em 1998.

Oficialmente, caberia a esses profissionais desenvolver um trabalho educacional. Na prática, entretanto, suas ações se orientam pela prevalência de uma lógica disciplinadora:

"Abro porta, fecho porta, cubro um colega de disciplina que sai para um lado, fico no posto olhando para evitar que a menina vá lá para a frente, separo briga também." A rígida linha de trabalho, destacada na atuação dos agentes de disciplina, provoca vários atritos quando os agentes começam a lidar com tanto rigor com adolescentes que nunca primaram pela tolerância a limites sociais.

Outro problema que dificulta a relação agente-adolescente diz respeito à falta de consenso e à indefinição sobre as normas, o que provoca conflito entre os próprios funcionários, reconhecidos pelas meninas como mais agressivos ou mais condescendentes, conforme os plantões. Dessa situação resulta a dificuldade em aceitar os revides carregados de revolta das meninas às menores frustrações. Dependendo do grau de sensibilidade do agente, situações corriqueiras viram um problema institucional e resultam em punição desmedida por parte dos funcionários. No tratamento dispensado às jovens, perpassa a lógica da imposição sem questionamento e nunca a participação e a negociação como estratégias de trabalho. Se alguns agentes conseguem estabelecer um relacionamento mais próximo com as adolescentes, essa não é a regra.

Cada qual realiza seu trabalho, não havendo espaço para discussão conjunta de problemas. Tudo funciona em torno do não-cumprimento do processo pedagógico e do estabelecimento do controle em primeiro plano, deixando o objetivo oficial de ressocialização no vazio.

Do pátio tem-se acesso aos alojamentos, ao cubículo, ao refeitório, à lavanderia, à enfermaria e ao setor pedagógico.

Os alojamentos são os locais onde as adolescentes são menos vigiadas e, portanto, têm mais liberdade para o exercício da individualidade. São três alojamentos na unidade, cada um com 12 camas e um banheiro. A distribuição das adolescentes nesses locais acontece de forma aleatória, encontrando-se em um mesmo alojamento primárias e reincidentes, as ditas homossexuais e as heterossexuais, meninas perto de completar 18 anos e as mais novas.

Objetos pessoais muito queridos pelas jovens ficam nesses locais, ampliando o domínio territorial que elas são capazes de obter em espaço tão despersonalizado.

A não ser nos horários de dormir e do banho, o espaço permanece fechado, para que as meninas participem das outras atividades da instituição e não fiquem o dia todo deitadas na cama.

Para as que mantêm relacionamentos afetivos sexuais, é o local onde é possível, ainda que com dificuldades impostas pela vigilância do pátio e pela presença de muitas garotas no dormitório, concretizar a atividade sexual.

Metade das jovens tinha experiência homossexual, principalmente dentro do ESD. Tais relações costumam ser intensas, pouco duradouras e variadas, com algumas exceções. O ambiente do internato propicia um profundo envolvimento emocional entre as adolescentes,

que se expressa fisicamente em atitudes de nervosismo, falta de desejo de se alimentar e em tendências depressivas, as quais resultam na busca de atendimento clínico e psiquiátrico.

Conforme assinala Lemgruber, não se pode explicar o homossexualismo em instituições fechadas femininas apenas pela ausência do sexo oposto, sendo necessário levar em conta "as circunstâncias da vida prisional, que são de extrema pobreza afetiva e inexistência de alternativas viáveis para a expressão sexual" (Lemgruber, 1999:126).

A iniciação nessas práticas sexuais, que acabam tornando-se naturais no decorrer da vivência na unidade, é difícil para muitas garotas. Costuma começar por meio de mensagens escritas e beijos, como algo intensamente desejado pelas garotas. Mesmo aquelas que se recusam não criticam a atitude das colegas e a justificam pela carência emocional. A ocorrência de violência sexual, apesar de silenciada pelas adolescentes, é reconhecida pelo corpo técnico.

Os pontos altos da relação homossexual, mencionados pelas jovens, são o carinho, a delicadeza, a fragilidade da mulher e a impossibilidade de engravidar. Parecem assim se redimir de toda a imagem negativa que trazem das figuras masculinas de suas vidas e das violências por elas cometidas. Contudo, fazem uma distinção fundamental entre ser mulher e ser sapatão: "Eu não me considero sapatão não, porque eu faço a mulher da relação."

A equipe dirigente apresenta uma postura bastante ambígua diante desse tema, em razão da inexistência de normas vigentes no sistema de atendimento e de uma discussão conjunta sobre o assunto, fatores que dão margem ao dilema entre o respeito ao direito à privacidade e a vigilância. Embora haja repressão, esta é eminentemente dirigida aos comportamentos públicos, que ofenderiam os padrões morais vigentes. A direção e os funcionários da unidade consideram o homossexualismo na unidade como fruto das carências pelas quais as adolescentes passam quando estão internadas.

A equipe de saúde da unidade é composta por quatro assistentes sociais, três psicólogas, psiquiatra, clínico geral e dentista. Os serviços de todos esses profissionais ficam aquém das atribuições oficiais, pela precariedade das condições de trabalho, fragmentação e burocratização das diferentes atividades, falta de tempo e de apoio do Degase e do Judiciário.

É evidente a mudança de atitude da adolescente nos "atendimentos psicológicos e prestados pelo serviço social", pois, isolada de seu grupo, expõe-se em ambiente impessoal e devassado. Psicólogas e assistentes sociais recebem as adolescentes e as famílias (geralmente apenas a mãe) em duas pequenas salas, separadas por uma divisória baixa. A falta de sigilo dificulta a qualidade das entrevistas e a relação com a adolescente. Muitas jovens também se queixam de que têm pouco acompanhamento.

Além dos atendimentos realizados com as jovens, a maior parte do trabalho das técnicas caracteriza-se por tarefas burocráticas, dentre as quais a feitura de relatórios em prazos exíguos, que são considerados na avaliação da jovem pelo juiz. O tempo despendido nas numerosas atividades burocráticas, a falta de privacidade e o receio pelo que pode ser acrescentado no relatório remetido ao juiz levam as meninas a manter com as técnicas uma relação superficial. Estas ficam numa posição incômoda de intermediárias, sem o poder de

decisão, sendo responsabilizadas pelas meninas por qualquer frustração em relação ao andamento do processo — fruto da desarticulação com o Judiciário — ou à falta das visitas.

Uma das psicólogas tem uma dinâmica diferenciada de atuação, interagindo com os outros profissionais da instituição e freqüentando o pátio — disposição logo percebida pelas meninas, que mantêm com ela uma relação muito próxima. O fato de atitudes como esta serem raras entre os técnicos da unidade é motivo de queixa dos agentes e das próprias adolescentes.

Outra questão é a falta de continuidade de atendimento psicológico às jovens após o desligamento da unidade, apesar de tentativas por parte do serviço de psicologia.

Quanto ao atendimento médico, o clínico geral e a psiquiatra o fazem na enfermaria, sendo os casos mais graves encaminhados para os hospitais da rede pública. O atendimento dentário é feito no Instituto Padre Severino ou na Escola João Luiz Alves, instituições vizinhas que integram o complexo de atendimento a infratores.

Uma das grandes tarefas do clínico é atender casos de adolescentes grávidas internadas, bastante comuns e que causam intensa mobilização afetiva da equipe. A instituição está completamente despreparada para oferecer um atendimento adequado para mãe e bebê. Arranja-se como pode, providenciando acompanhamento médico, dando enfoque psicológico e buscando reatar laços familiares. Quando a última estratégia fracassa, a negociação com o juiz é intensa, para encontrar um local para ambos. Ignoram-se as trajetórias das jovens mães e de seus filhos depois que saem da unidade, freqüentemente deixadas à própria sorte, carregando consigo mais um problema além dos muitos que já tinham.

Na prática, a psiquiatra faz um revezamento de sala de atendimento com a enfermagem e o atendimento clínico, sem a possibilidade de sigilo na consulta. A demanda para esse serviço é grande. Lida com adolescentes com distúrbios psicopatológicos; outras com problemas psicológicos, necessitando de psicoterapia; algumas dependendo de medicação; e outras dependentes químicas, situação bastante comum. É sempre chamada para discernir entre “questão de doença mental ou questão de disciplina”.

Muitos estudos mostram a maior vulnerabilidade feminina a problemas psiquiátricos nas prisões femininas em todo o mundo. Inexiste qualquer registro na unidade que possibilite dimensionar a extensão dessa prática ou o tipo de medicação administrada, refletindo falha ou desinteresse na notificação de remédios.

A instituição convive, em sua rotina, com manifestações nervosas das garotas, que vão além de gritos e ameaças, culminando com lesões autodestrutivas, como cortes da pele, ingestão de cacos de vidro e tentativas de enforcamento. Um desequilíbrio de forças da instituição pode provocar uma reação em cadeia que termina por envolver a maioria nesses atos, momento em que a equipe fica em estado de alerta. Os ataques contra si próprias são respostas diretas das jovens à falta de atenção dos funcionários para atendê-las em suas

solicitações. Tal apelo é respondido com o cubículo ou a internação no Hospital Psiquiátrico Pedro II, mostrando o quão impotente e incompetente se sente a unidade para lidar com esses casos de desespero e carência.

Na instituição psiquiátrica, as jovens acabam por provocar problemas e tentar sistematicamente a fuga, pois, segundo uma jovem, “convivendo com os loucos você acaba ficando mesmo”.

O fracasso do ensino na unidade, tanto formal quanto profissionalizante, é um problema que tem sido reiteradamente mencionado desde o início de sua existência, apesar do real investimento de alguns professores. A principal queixa refere-se à falta de espaço físico e material. Fatores como a desorganização, a facilidade dos cursos para jovens que têm alguma escolaridade e o fato de serem desinteressantes e repetitivos também são apontados.

Na escola formal, organiza-se um grupo de alfabetização e outro direcionado ao atendimento de 1ª a 4ª série, pois não há condição de se criarem turmas específicas por série. A freqüência às aulas não é obrigatória e inexistente um trabalho contínuo, inviabilizado pela rotatividade e pela heterogeneidade da turma. As meninas entram na sala e saem quando querem, sem advertência alguma. Passam a maior parte do tempo desenhando. A falta de continuidade das garotas nas aulas é o mais grave problema apontado. Fica evidente a total impotência dos profissionais diante das meninas e da falta de uma proposta pedagógica consistente. Misturam-se garotas dos mais distintos níveis educacionais numa mesma sala e a professora se divide, “botando ela ali no cantinho, dando atividade pra essa aqui e trabalhando com a outra”. A falta de real desejo político, por parte do sistema socioeducativo, de mudar a situação interfere nas falhas individuais — e provavelmente as determina —, instaurando uma situação em que a ação dos dirigentes se restringe a pequenas melhorias que camuflam o completo fracasso da ação pedagógica.

Os cursos profissionalizantes visam incentivar as alunas ao trabalho, como parte de sua formação para a vida em sociedade, estimulando-as no desenvolvimento de suas aptidões e envolvendo-as em atividades produtivas. Assim como no ensino formal, a presença não é obrigatória. A maioria desses cursos focaliza o desenvolvimento da auto-estima. Há grande procura pelos cursos de arte culinária, crochê e bordado e cabeleireiro. No curso de arte culinária, as jovens recebem uma quantia por semana, fruto da venda de salgados e doces por elas confeccionados. No de bordado e crochê, fazem trabalhos para presentear a mãe ou bordar o nome dos namorados. O salão de cabeleireiro tem um significado muito especial para as jovens, pois o ambiente é alegre e o instrutor, considerado como um amigo.

A maioria das jovens não se integra sistematicamente nas atividades disponíveis. Entram nas oficinas e saem delas sem permanecer o tempo suficiente para apreenderem os conhecimentos ministrados.

Além das referidas atividades, o ESD promove outros acontecimentos, como a visita do pessoal da igreja cristã; as festas comemorativas e socializantes, como a festa

junina, a comemoração de Natal e de aniversariantes do mês; e atividades recreativas, como olimpíadas e peças de teatro. Há contato com outras instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, inclusive masculinas. Tais acontecimentos são vividos pelas meninas com muita euforia e satisfação. Quando fica impossibilitada a participação de todas nesses eventos, o critério de seleção é o melhor comportamento.

O cubículo compõe-se de quatro pequenos espaços de péssima aparência, escuros e sem ventilação, para onde são encaminhadas adolescentes que cometem agressão física entre si, física e verbal contra funcionários, tentativa de fuga e depredação da unidade. Quem está ali perde o direito de sair para qualquer atividade. É também utilizado para a primeira noite das adolescentes recém-ingressadas, que ali aguardam o atendimento médico.

A direção havia delegado aos agentes integrantes de cada plantão a autonomia para colocar uma adolescente no cubículo ou tirá-la de lá. A falta de consenso sobre as formas de punição fez com que a aplicação do castigo dependesse de cada agente e do grau de rigor dos diferentes plantões.

Situações habituais, como a falta de uma das mães na visita, e a permanência prolongada no cubículo contribuem para o descontrole emocional das jovens nesse local, podendo-se ouvir do pátio os pedidos de socorro não atendidos das jovens que ali se encontram. Ocupam-se em projetos de autodestruição e de revolta, por meio de enforcamento com lençol, corte com cacos de vidro e vários incêndios. Em alguns casos em que as jovens infringem as normas de forma considerada grave, registra-se o ato nos prontuários e abre-se novo processo na Vara da Infância e da Juventude, além daquele que originou a internação, medida que interfere na avaliação judicial periódica. No entanto, essa não é a regra. Conflitos banais do cotidiano (falar enquanto está na fila e sair da fila na hora do almoço) costumam levar a uma situação-limite, como o castigo no cubículo, decorrente dos parco repertório de respostas dos educadores no trato com as jovens (Costa, 1999a).

No segundo semestre de 1999, várias tentativas de fuga ocorreram: pelo telhado, por meio de incêndio, agressões a funcionários, como reação à morte de uma colega que se enforcou no cubículo e à percepção da instabilidade institucional. A mudança de direção, a falta de limite para as atividades de cada profissional, as inseguranças e os desajustes entre os técnicos e agentes, a falta de entrosamento com o juiz, que não explicita claramente para as jovens o tempo que ficarão na instituição, e a superlotação são questões que facilitam a compreensão desses conflitos.

Esses fatos propiciaram uma nova troca de direção — a terceira, em pouco mais de um ano.

Um Novo Começo: Pensando a prevenção, o tratamento e a recuperação das adolescentes infratoras

Foram muitos os fatores de risco que interferiram na criação e na socialização das mulheres entrevistadas de duas gerações. A forma como cada jovem vivenciou e captou as difíceis relações e situações pelas quais passou também contribui para se entender por que chegaram à infração.

A situação de maior vulnerabilidade das jovens em conflito com a lei ficou explícita pela exclusão social a que muitas estavam submetidas; pela negligência e o abandono da família, da escola, da comunidade e da sociedade em geral; pela dificuldade no estabelecimento de limites, decorrente da transformação dos valores morais que vem atingindo as famílias e o conjunto da sociedade; pela variedade de formas e intensidade de violência que vitimizou as adolescentes.

Este estudo mostrou a importância das instituições socializadoras na formação da criança e os efeitos do fracasso da família e da escola. Também mostrou que a necessidade de consumo dos bens almejados pelas jovens é facilitada pela entrada no mercado ilegal de drogas, que hoje se configura como uma atraente oferta de trabalho.

A identificação com os papéis femininos construídos nesse contexto ficaram comprometidos em relação ao padrão social tradicional. O processo de socialização feminina mostrou resultados contraditórios. Por um lado, ele foi bem-sucedido na reprodução de alguns valores machistas tradicionais, que perpetuam a submissão da mulher na família e na sociedade. Por outro, também se podem ver suas falhas: preferência pela rua em detrimento da casa; meninas com atitudes comumente masculinizadas; entrada na infração como forma de afirmação de comportamentos masculinos; transformação da mulher-vítima em uma mulher que alterna esse papel com o de agressora.

Esse conjunto de fatores ajuda a explicar o crescente número de jovens envolvidas em atos infracionais no Rio de Janeiro, absorvidas pelo tráfico de drogas na cidade. Embora esse incremento não seja uma prerrogativa feminina, como pode ser constatado nas estatísticas apresentadas, a participação ativa das mulheres no mundo infracional passou a ocorrer apenas recentemente, acompanhando a onda de juvenização e feminização do mercado ilegal de drogas.

Essa inserção, entretanto, não modificou a razão de sexo no que refere aos atos infracionais. Manteve-se, no período estudado, a larga predominância masculina nesses atos. Contudo, se homens e mulheres cometem os mesmos atos infracionais, a forma como o fazem difere em aspectos qualitativos. Comparando-se os resultados apresentados neste trabalho

com o encontrado no estudo similar com infratores masculinos (Assis, 1999), têm-se como especificidade feminina as seguintes questões:

- A similaridade das histórias de vida de mães e filhas mostra o ciclo da submissão feminina intrafamiliar se perpetuando por gerações. A dificuldade em educar filhos, tentando não reproduzir as mesmas deficiências pelas quais passaram, fez com que as mães buscassem um modelo oposto, em geral mais liberal, que deixou as adolescentes ainda mais desprotegidas. A falta de equilíbrio e constância nos cuidados gerou sofrimento para mães e filhas e graves conseqüências para as jovens.
- Embora a família das adolescentes seja eminentemente matrifocal (da mesma forma que a dos rapazes), a relação familiar das meninas com as mães é mais problemática. A doação de filhas mulheres e o sentimento ou atitude de rejeição por parte das mães marcaram sobremaneira a vida de muitas jovens. O afastamento da menina de sua família de origem e o seu retorno na adolescência também potencializaram e acirraram os conflitos da relação, previamente marcada pela falta de intimidade e de diálogo com a figura materna.
- São mais freqüentes entre as jovens as histórias de agressões psicológicas e físicas. A elevada ocorrência de violência sexual difere totalmente do que acontece no universo masculino, em que o evento não foi mencionado sequer uma vez. O incesto e a agressão sexual praticada por desconhecidos e policiais mostraram-se formas explícitas da dominação masculina sobre o corpo e a mente femininos.
- O elevado número de meninas que já ficaram grávidas e realizaram abortos mostra a precoce e desprotegida vida sexual. Os filhos nascidos dessas adolescentes tiveram destino similar ao relatado pelos rapazes infratores: foram viver com as avós, algumas das quais já haviam abandonado os próprios filhos.
- Embora o número de meninos na rua seja muito maior que o das meninas, nesta pesquisa houve muitos relatos dessa vivência entre as entrevistadas, que sobrepujaram os mencionados pelos rapazes infratores.
- A elevada freqüência e a intensidade do abuso de álcool e drogas ilícitas se igualam ou sobrepujam às relatadas nas histórias dos rapazes. O uso de medicamentos ansiolíticos e tranqüilizantes, recorrente entre mães e filhas, diferencia o universo feminino. A ocorrência de problemas mentais também foi muito notada nas duas gerações de mulheres.
- Os adolescentes infratores, independentemente de sexo, mostram não ter limites sociais introjetados, o que facilita a sua entrada no universo infracional. A tolerância materna à falta de limites dos filhos parece ser menor em relação às filhas infratoras.
- O envolvimento de familiares na vida criminal também foi constatado entre os meninos, mas entre as adolescentes chamou a atenção o envolvimento das mães, algumas delas afastadas das filhas durante longo tempo, por estarem presas. A ausência dessa figura materna dificultou ainda mais a criação das jovens entrevistadas.

- A influência dos amigos na infração, tão marcante entre os rapazes, teve menor destaque, sendo substituída pela dos companheiros amorosos, todos com envolvimento criminal.
- As mulheres infratoras comumente obedecem às ordens masculinas, mostrando a transposição da subalternidade para o meio infracional. Entretanto, algumas delas se comportam de forma diferente, mantendo uma atitude mais independente. Estas últimas buscam agir como homens para poderem sobreviver no meio infracional, provando a todo instante que podem ser tão boas e fortes como eles.
- Embora os jovens de ambos os sexos não se responsabilizem pelo ato infracional cometido, em geral as meninas explicitaram maior dificuldade em lidar com episódios violentos, referindo-se a anorexia, insônia e desconforto em presenciar crueldades. Mostraram-se mais frágeis e emotivas.
- Os atos infracionais cometidos pelas adolescentes são, geralmente, menos graves que os praticados pelos meninos. Excetuando-se as meninas inseridas no tráfico, que portam armas de fogo cotidianamente, as demais as utilizam com menor freqüência, servindo mais como transportadoras dessas armas para os locais das infrações.
- A violência policial acomete as meninas tão intensamente quanto os rapazes, exceção feita ao abuso sexual. A sexualidade feminina serve como mercadoria nas negociações pela liberdade.
- A única instituição feminina que acolhe as infratoras se distingue das várias outras destinadas ao público masculino nos seguintes aspectos:
 - oferecem cursos voltados para o universo doméstico (corte e costura, bordado, culinária) ou de embelezamento pessoal. Não há preocupação com a escolarização formal;
 - há maior controle da sexualidade feminina, talvez por ela ser mais explícita e gerar mais conflitos na instituição;
 - a intervenção psiquiátrica e a medicação são muito presentes, bem como as manifestações de auto-agressividade das meninas internadas;
 - há dificuldade da direção, dos técnicos, dos agentes, do juiz e do Degase em compreender as especificidades femininas. Talvez por essa razão exista um espaço como o cubículo, onde se pode enclausurar e distanciar aquilo que não é compreensível. As instituições que atendem às meninas se igualam às dos rapazes no total fracasso do seu principal objetivo: a ressocialização dos jovens.
- A maior divergência das meninas em relação aos rapazes refere-se à capacidade que elas têm de falar sobre suas vidas, discorrer sobre seus problemas, elaborar suas vivências e mostrar suas dores. Com esse rico material, foi possível reconstituir histórias muito mais ricas e densas do que os relatos masculinos permitiram.

Enfim, o perfil das adolescentes envolvidas em atos infracionais traçado neste trabalho não se distingue sobremaneira do perfil das adultas presas, descrito em estudos nacionais e internacionais, citados ao longo do texto. Sobressaem a história prévia de violência, abandono, uso de drogas, desestruturação familiar e a cooptação da mulher pelos homens criminosos. No que se refere ao aprisionamento, universalmente se questiona a falta de um atendimento voltado para as necessidades femininas, ressaltando-se a ausência de apoio psicológico para que aprendam a lidar com a perda dos vínculos afetivos e conviver com a violência sofrida, além de tratamento para o abuso de substâncias químicas. Esses estudos também relatam dificuldade de dirigentes e profissionais em lidar com instituições femininas, consideradas por eles mais problemáticas.

Os fatores que levaram as adolescentes cariocas a entrar em conflito com a lei apontam a necessidade de a sociedade promover um "novo começo" para suas vidas. O enfrentamento da questão da delinquência juvenil em todo o mundo tem ressaltado que essa realidade só é transformada se a responsabilidade não for atribuída apenas à unidade familiar — que, comprovadamente, se mostra fragilizada e debilitada para encontrar e encaminhar soluções positivas.

Estudos em várias partes do mundo têm ressaltado que a prevenção, o tratamento e a recuperação de mulheres infratoras devem priorizar os programas não-prisionais sob a responsabilidade das comunidades, que podem cooperar no cuidado com as crianças e os adolescentes, impedindo a entrada no mundo infracional, bem como na reintegração das já infratoras, providenciando supervisão, cuidados e os tratamentos necessários. Avaliações de intervenções desse tipo têm revelado melhora no desempenho escolar, aumento de envolvimento por parte dos familiares e a redução do comportamento delinqüente. A criação de oportunidades de trabalho e lazer para os jovens é outra atividade que a comunidade pode estimular, apoiando-se em parcerias, inclusive governamentais (Chesney-Lind, 1997).

Pensando-se no planejamento de um atendimento voltado especificamente para adolescentes em conflito com a lei do sexo feminino, propõem-se as prioridades a seguir, baseadas em necessidades apontadas no presente estudo e em experiências nacionais e internacionais (OJJDP, 1996b, 1998a, 1998b).

Sugestões para um programa de atendimento voltado para as necessidades femininas

Pressupõe-se que deva existir equidade no atendimento prestado a infratores de ambos os sexos no que se refere às necessidades básicas, tais como: qualidade da equipe de funcionários, suporte financeiro, estrutura física e oportunidades de atendimento. Essa ressalva se faz necessária pois, na cidade do Rio de Janeiro, há uma grande disparidade na qualidade do atendimento oferecido. Embora todas as unidades tenham deficiências graves, a instituição feminina encontra-se relegada a uma posição secundária financeiramente, espacialmente e no que se refere às oportunidades de aprendizado para as jovens.

O principal órgão norte-americano responsável pela prevenção da delinquência juvenil (OJJDP, 1998b) considera que os elementos principais para se desenvolver um programa de internação para mulheres jovens são: atender às suas necessidades peculiares, valorizar a perspectiva e a experiência femininas e respeitar o desenvolvimento feminino. A finalidade é capacitar as jovens a alcançarem seu potencial humano pleno e trabalhar sobre atitudes preestabelecidas que as desencorajem de reconhecer tal potencial em si mesmas.

Essas especificidades de um programa adequado ao sexo feminino não devem ser entendidas como um privilégio. O atendimento que recebem os adolescentes em conflito com a lei precisa respeitar a lógica da equidade de direitos. O respeito às especificidades deve priorizar:

- A utilização da experiência das jovens, incorporando uma compreensão do desenvolvimento feminino, oferecendo uma abordagem mais promissora de atendimento e prevenção da delinquência feminina. Priorizar as especificidades de gênero implica uma transformação do atendimento atualmente oferecido. Fazem-se necessários o apoio de vários tipos de serviços de saúde, o auxílio para as vivências de agressão física, sexual e psicológica e para a farmacodependência, o estímulo ao aprendizado de autodefesa e a educação para os cuidados maternos. O processo educativo a ser desenvolvido com essas jovens tem de ir além do ensino de português, matemática, culinária ou oficina de bordados. Significa educar as jovens para serem capazes de lidar com os complexos desafios que a mulher enfrenta ao longo da vida, enfatizando a resolução de problemas, a capacidade de decidir, o lugar da mulher na sociedade, bem como a habilidade de negociar e administrar o estresse.
- Durante o processo de admissão na unidade, cada jovem deve ser tratada como pessoa singular, recebendo atenção individualizada. Imediatamente após a admissão, cada uma deve receber uma avaliação geral mais aprofundada para determinar suas necessidades. Esse momento de diagnóstico e orientação deve incluir avaliações dos fatores de risco e protetores. O plano de tratamento também tem de ser individualizado, considerando temas relativos à vitimização, à baixa auto-estima, à formação de identidade precária e à falta de habilidade para tomar decisões.
- A instituição precisa se transformar em um espaço seguro, tanto no aspecto físico quanto no emocional, permitindo que as jovens possam refletir sobre suas vidas, distanciadas das demandas do sexo masculino. Este talvez seja o maior desafio a ser enfrentado, pois a segurança almejada implica proximidade de relacionamento. Significa mudar o paradigma do atendimento: da impessoalidade para a intimidade. Apenas em um ambiente com esse perfil pode-se esperar que as jovens realizem mudanças positivas em suas vidas.
- Coesão, cooperação e administração da equipe profissional é condição indispensável para que as jovens consigam ver os adultos como um modelo para as habilidades de cooperação, respeito e boa comunicação. Cada membro da equipe, seja ele diretor ou servente, é um educador em potencial. Os membros da equipe do sexo feminino devem ter em mente que as

relações das adolescentes com suas mães são freqüentemente conturbadas, procurando superar esse modelo e criar uma relação mais positiva com as jovens. Os funcionários do sexo masculino também podem se transformar em modelos positivos, especialmente para aquelas jovens que não tiveram experiências positivas com o sexo masculino.

- O treinamento desses profissionais deve ser alvo prioritário para uma boa gestão de um programa de atendimento. Eles precisam aprender a reconhecer as situações de violência potencial, discutindo formas para lidar com a agressividade das jovens (Swaffer & Hollins, 1997) e tentando ensiná-las a resolver conflitos sem o uso da violência. O treinamento precisa ainda quebrar os possíveis preconceitos dos membros em relação ao gênero feminino. Sugere-se que:
 - toda a equipe aceite que as finalidades do programa estão voltadas especificamente para o recorte de gênero;
 - haja compreensão do desenvolvimento da adolescente. Por exemplo: treinando-se bem a equipe, ela entenderá que o fato de as meninas tenderem a questionar regras e a demandar explicações às suas perguntas deve-se às características próprias do gênero e da faixa etária, e deixará de considerar essas atitudes como insubordinação;
 - se dê destaque especial aos aspectos relativos à sexualidade na adolescência, privilegiando temas como virgindade, gravidez e homossexualismo. O conhecimento técnico sobre esses problemas, bem como os preconceitos existentes entre os funcionários e adolescentes e nas próprias normas institucionais, precisam ser abordados com profundidade;
 - se explore a história de desenvolvimento pessoal dos funcionários, especialmente daqueles que passaram por experiências violentas. O desenvolvimento de formas não-agressivas para resolução dos próprios conflitos deve ser parte ativa do treinamento;
 - se compreenda a necessidade da equidade no tratamento de jovens de diferentes inserções sociais;
 - as equipes técnicas e administrativas saibam ser flexíveis na relação com as jovens, mas também consistentes e firmes nas decisões cotidianas, tendo em mente que é com base em atitudes contínuas e fundamentadas que se podem criar novas possibilidades de relacionamento na instituição e para as jovens em suas vidas futuras. O mesmo padrão de comportamento deve ser assumido por todos os funcionários, diminuindo as tensões decorrentes das tentativas individuais de enfrentamento dos problemas;
 - se promovam treinamento e supervisão continuada para os profissionais que lidam com meninas infratoras. Um esforço em âmbito nacional deve ser tentado com o Ministério da Justiça para agregar pessoas de todos os estados que trabalham com essa clientela. A discussão sobre os problemas e as soluções encontradas precisam ser compartilhadas, visando formar uma rede de informações entre os profissionais que lidam com adolescentes em conflito com a lei.

- A adequada capacitação dos profissionais precisa torná-los capazes de desenvolver algumas características nas jovens:
 - habilidade de autodefesa: as jovens têm de ser ensinadas a reconhecer situações perigosas e a se ver como sobreviventes, em vez de vítimas indefesas;
 - treinamento de assertividade, visando ajudar as jovens a se expressar e a compreender a necessidade de estabelecer limites nos relacionamentos;
 - aumento da auto-estima, enfatizando a autovalorização e o auto-respeito;
 - estratégias para definição de objetivos, reconhecimento da própria capacidade e desenvolvimento de liderança;
 - aprendizado para a resolução de problemas em vários contextos;
 - estímulo ao desenvolvimento de relacionamentos positivos.
- A criação de grupos regulares de discussão sobre questões femininas deve ser garantida, propiciando espaço seguro para as jovens falarem sobre coisas dolorosas e descobrirem que não estão sozinhas com seus problemas. Essas reuniões promovem o desenvolvimento da capacidade de escutar os outros e acolhê-los. A condução desses grupos é difícil, demanda muito preparo da equipe técnica e uma visão de mundo que contemple os valores culturais das jovens, mas que permitam que elas ultrapassem os seus limites e preconceitos.
- Algumas jovens podem precisar de tratamentos específicos para atender às sérias questões que afetam seu desenvolvimento de forma negativa. Nesses casos, devem-se combinar dois tipos de intervenção: de grupo e individual. Nessa situação de maior vulnerabilidade, devem-se incluir as garotas que vivenciaram situações de risco — como abuso de substâncias, abuso sexual, agressão física e emocional — em maior número ou intensidade, bem como as que necessitam de cuidado pré-natal e pós-parto.
- O processo educativo oferecido na unidade não pode prescindir de estratégias alternativas ao ensino tradicional, especialmente para ajudar no caso de deficiências de aprendizagem e mudar atitudes negativas sobre a capacidade de aprender e o valor da educação. É preciso explorar a história e a cultura da mulher. Programas eficazes ajudam as jovens a fazer conexão entre o que estudam em sala e as habilidades exercidas na vida real. É fundamental a participação da Secretaria de Educação, integrando as jovens no sistema de ensino regular, assim como trazendo novos professores e arejando o processo de aprendizado.
- A educação sexual precisa ser tema prioritário, ensinando as jovens a compreender o que está ocorrendo em seus corpos durante a puberdade e fazendo-as encarar as transformações como um aspecto normal e positivo do fato de estar se tornando uma mulher. As jovens devem se sentir à vontade para discutir suas experiências sexuais, incluindo temas como relação sexual com homens e mulheres e abortos, assuntos tão relevantes no cotidiano institucional.

- As atividades recreativas têm de fazer parte da rotina das atividades educacionais, pois promovem oportunidades para as jovens se confrontarem com atividades desafiadoras e experiências positivas, dando oportunidade às jovens de relaxarem, se tomarem autoconfiantes, acabarem com o isolamento e fazerem amizades, além de estimular a criatividade (OJJDP, 1998b). Essa estratégia não pode substituir nem excluir o aprendizado formal.
- A educação oferecida na instituição precisa oferecer alternativas reais de inserção das mulheres no mercado de trabalho, que não se restringem a atividades de estética e de trabalhos manuais. Novamente, há que se focar a equidade entre os gêneros, ampliando o universo profissional das jovens. É importante levar em conta as aptidões e os interesses individuais, direcionando-as para o restrito mercado de trabalho.
- A atenção à saúde física e mental tem de ser redimensionada, tanto na unidade quanto nos serviços que recebem essas jovens. Uma boa anamnese e alguns exames podem ajudar a fazer um planejamento do tratamento e o acompanhamento de problemas comuns: anemia, gravidez, distúrbios alimentares, abuso de substâncias químicas, doenças infecciosas, problemas auditivos e visuais e problemas ligados à saúde mental, como depressão, ansiedade e reiteradas tentativas de suicídio. Também é preciso considerar a história de vitimização da jovem por agressão física ou psicológica, abuso sexual ou mesmo por abandono ou negligência (OJJDP, 1998b).
- Para que os profissionais saibam lidar com as consequências da vitimização, é preciso que tenham conhecimento dos fatores de risco e proteção; sejam treinados para dar apoio; saibam que precisam contribuir para que as jovens aprendam novas formas de relacionamento e valorizem os pequenos desejos ou gestos que denotem mudanças positivas. As jovens precisam desenvolver um entendimento de sua vitimização. Devem entender que são capazes de não participar de situações de abuso no futuro. Precisam reviver seus sentimentos de raiva e frustração, explorar a relutância em confiar nos outros e ter oportunidades para aprender como desenvolver e manter laços saudáveis em seus relacionamentos.
- A instituição precisa investir ativamente na melhoria do relacionamento entre as jovens, fazendo-as perceber que as amizades são um fator de proteção para mulheres, especialmente contra a vitimização masculina. Essa estratégia é frequentemente desvalorizada, pois serve como ameaça à vida institucional.
- O envolvimento dos familiares é condição indispensável para a melhoria do tratamento. Há que se estimular o fortalecimento e o estreitamento dos laços familiares por meio de:
 - grupos de discussão entre os parentes das jovens, momentos em que verificam que outras famílias passam por desafios semelhantes;
 - visitas à família das jovens para avaliar a situação familiar e planejar estratégias de intervenção;
 - estreitamento de laços entre mãe e filha, promovendo encontros com cada uma, separadamente, ou momentos de discussão entre ambas;

- estímulo ao desenvolvimento de relacionamentos com outras pessoas ligadas às jovens anteriormente, tais como amigas, membros da igreja e outros parentes.
- O envolvimento da unidade com a comunidade é crucial e indispensável, embora muitas vezes de difícil concretização. Deve-se buscar, por intermédio das instituições religiosas, obras sociais ou associações comunitárias, pontos de apoio para a jovem e sua família na comunidade. O retorno da jovem para a comunidade precisa ser preparado. Deve incluir a atenção continuada da jovem na comunidade, mantendo uma monitoria a longo prazo e um processo de desligamento gradativo. Um retorno bem-sucedido está diretamente ligado a uma colocação profissional para a jovem ou à promoção de sua inserção em um programa educacional, em conexão permanente com serviços como saúde e serviços voltados para o fortalecimento dos laços familiares. Embora essa estratégia seja a preconizada atualmente pelas unidades de semiliberdade, a falta de preparo para a saída e de acompanhamento efetivo na comunidade é flagrante, merecendo ser tema priorizado numa agenda que realmente atue com a finalidade de reduzir a reincidência.
- As contribuições de psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, pedagogos e professores deveriam ser reunidas em um prontuário que realmente indicasse a evolução de cada adolescente. É preciso modificar o que Silva (1994) afirmou e a presente pesquisa ratifica: "O conhecimento a respeito da menina não se amplia de um memorando para o outro." Os relatos técnicos precisam deixar de ser um instrumento meramente burocrático de pouca importância (como ficou evidenciado na fala dos técnicos sobre a posição do juiz) para se tornar uma estratégia de troca de opiniões entre a equipe, motivando encontros regulares de reavaliação dos resultados do atendimento oferecido às jovens. É de extrema importância que as informações apreendidas no contato com a jovem sejam registradas, discutindo-se normas e procedimentos para manter em sigilo situações excepcionais que por vezes ocorrem.
- As instituições que atendem aos jovens em conflito com a lei precisam incorporar a lógica da avaliação contínua. Uma avaliação eficaz ajuda a saber qual a estratégia mais útil no trabalho com as jovens e os pontos fracos no atendimento, além de permitir a discussão de estratégias para a melhoria do atendimento.
- O financiamento da unidade precisa ser contínuo e adequado às necessidades institucionais. O atendimento a adolescentes do sexo feminino tem de ser considerado questão vital para o Degase, apesar de atender uma clientela menor.
- No que se refere à interface da unidade de atendimento com outras instâncias do sistema de segurança, tem-se que:
 - é essencial que a polícia seja capacitada para enfrentar as especificidades do universo feminino, treinada para um enfrentamento respeitoso e punida quando praticar excessos, como a violência física e sexual. Essa questão depende essencialmente de treinamento e capacitação que podem ser prioridade para o Ministério da Justiça e a Secretaria de Segurança do Estado;

- há necessidade de esclarecimento e divulgação dos direitos que as jovens têm ao entrarem no sistema. É preciso informar o andamento do processo da jovem, assim como prazos e datas de audiência, pois a imprecisão dos prazos faz com que as meninas fiquem ansiosas e provoquem conflitos na instituição. Esse ponto traz como premente a exigência de um Sistema Judiciário e de uma Vara da Infância e da Juventude mais atuantes na instituição, justos, participativos e não meramente inquisidores, capazes de estabelecer um relacionamento respeitoso com adolescentes, agentes, técnicos e pessoal administrativo;
- a presença do Ministério Público na unidade precisa ser constante e não eventual. É flagrante a distância dessa instituição em relação às jovens, e a fiscalização do cotidiano institucional é feita esporadicamente;
- a precariedade da Defensoria Pública precisa ser transformada em acompanhamento contínuo do processo das jovens. Se houvesse uma defensoria atuante, muitas das internações não teriam ocorrido, especialmente as de algumas meninas reincidentes no uso de drogas, que poderiam receber outras medidas socioeducativas mais adequadas;
- a fiscalização do atendimento prestado pelo sistema de justiça juvenil tem que ser contínua, realizada não apenas por instituições governamentais, mas também por não-governamentais (incluindo-se algumas de grande peso no país, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB) e pela própria sociedade civil, que se exime totalmente de acompanhar o que acontece no dia-a-dia institucional;
- é imprescindível melhor articulação dos funcionários da instituição com a direção do Degase e deste com o Juizado. A distância entre a Secretaria de Justiça, o Degase, a Vara e os profissionais que lidam na ponta é responsável pelo caos que freqüentemente se instala. O empenho demonstrado pelo Estado e o governo federal em prol dos jovens em conflito com a lei institucionalizados tem se mostrado muitíssimo aquém do que se preconiza quando a meta é a ressocialização, o retorno à cidadania e, para muitos, a inclusão num sistema social que há muito os excluíra.

Algumas das propostas de enfrentamento do problema da infração juvenil apresentadas até aqui já vêm sendo debatidas no país. Entretanto, os problemas institucionais continuam sendo propositalmente escondidos pelo governo e pela sociedade, que só se mobilizam nos momentos em que a crise chega aos meios de comunicação. No âmbito científico, o tema fica limitado a poucos pesquisadores, que ano após ano denunciam as falhas, as inconsistências e o fracasso do modelo institucional de assistência vigente, sem interagir com a sociedade na busca de soluções, exemplo do que ocorreu com os vários trabalhos feitos no próprio Educandário Santos Dumont nos últimos 20 anos, com extensão para as demais unidades existentes no Rio de Janeiro para ressocialização dos jovens em conflito com a lei.

No meio dessa inércia, cabe lembrar duas experiências nacionais que inovaram o atendimento aos jovens em conflito com a lei, apontando para uma perspectiva de ação mais

positiva. A primeira delas ocorreu na década de 80, em Ouro Preto, Minas Gerais (Costa, 1990). A seguinte descrição da unidade, então com 180 internas, em nada se distingue do observado atualmente no Educandário Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Quem chega à escola constata, com um simples olhar em redor, o vácuo pedagógico onde a vida de quase duzentas crianças e adolescentes flutuam como balões erráticos num espaço sem o horizonte de uma expectativa. Estiradas ao sol, conversando pelos cantos, perambulando pelos matos que circundam o estabelecimento ou simplesmente sentadas em frente ao prédio, assistindo indiferentes à passagem da vida pela rua, as menores formam um estranho mosaico, uma metáfora nebulosa da falta de destino. (Costa, 1990:139)

Uma única direção, por um período de sete anos consecutivos, conseguiu imprimir uma mudança no paradigma institucional. O pressuposto fundamental foi o de que a contínua interação entre educador e educanda deveria estimular o desenvolvimento de "educandas independentes e responsáveis", em vez de "educandas obedientes". Todos os funcionários da instituição passaram a ser considerados e a atuar como educadores. Com esse novo paradigma, o personagem central deixou de ser o diretor e passou a ser as educandas.

A substituição das tradicionais e históricas práticas correccionais-repressivas por um modelo pedagógico mais aberto e democrático foi muito difícil inicialmente. Normas foram estabelecidas por educadores e educandas, instaurando-se na unidade um "estado de direitos". Esses direitos estavam consubstanciados em dois instrumentos básicos: para os educadores, o instrumento era o *Código de Ética Escolar*; para as meninas, era o *Guia da Educanda*. As portas da unidade foram abertas para a comunidade, permitindo a fiscalização e maior interação.

Despertar em algumas o interesse pelo estudo ou trabalho foi uma das mais árduas tarefas. Os dirigentes perceberam que era a falta de expectativas futuras que impossibilitava o aprendizado. Com essa visão, os educadores priorizaram o estímulo a um projeto de vida. Os exemplos tomados como referência da vida pessoal de cada educador e do conjunto da equipe serviram como modelos de vida para as educandas e foram "trabalhados" na unidade. "Mais do que com aquilo que dizemos, ou com aquilo que julgamos ensinar, os educandos aprendem com aquilo que somos. Educar pelo exemplo é fundamental." (Costa, 1990:51).

A divulgação, a discussão e a valorização dos feitos e realizações das educandas foram estratégias utilizadas para possibilitar às jovens a conquista da auto-estima. Foram também criadas oportunidades para que elas planejassem e realizassem pequenos projetos vivenciados no cotidiano. Após um período de muitos conflitos e dificuldades, as jovens passaram a apresentar mudanças significativas na forma de ver o mundo e resolver conflitos. Aprenderam a lutar pelos seus direitos e contra a arbitrariedade do poder.

Um segundo exemplo de criatividade e compromisso com o atendimento prestado aos jovens em conflito com a lei localiza-se em ponto nevrálgico do sistema: o Poder Judiciário. Em Belém, no Pará, um juiz da infância e da juventude escreveu o *Guia do Adolescente Internado* (Frota e Silva, 1998), motivado pela angústia e pela tensão que os jovens vivenciavam ao entrar no sistema. Esse juiz, de rara sensibilidade, percebeu que o desconhecimento sobre o que acontecia

e a falta de informação sobre o cumprimento da medida de internação, bem como sobre o andamento processual, geravam estados de depressão, baixa auto-estima, insegurança e insatisfação entre os adolescentes que haviam sido internados.

No *Guia*, descrevem-se: o momento da audiência de apresentação; o direito à defesa prévia; a audiência de continuação; as medidas de proteção e socioeducativas que podem ser aplicadas; o prazo permitido pela lei para a internação provisória; os deveres da direção da unidade onde o adolescente fica internado; os direitos e os deveres do adolescente durante o período de internação; as providências que o adolescente pode tomar quando a unidade descumpra suas obrigações; o respeito aos direitos dos servidores que trabalham no Centro e dos demais adolescentes internados.

O intuito do *Guia* não é "controlar" o adolescente, mas sim "transformar" seu comportamento. Não se pretende apenas um "bom interno", mas um adolescente que "respeite as leis como um ideal constante". Para tanto, são repassadas não apenas informações sobre seus direitos, mas orientações a respeito de como efetivamente exercê-los.

Ambas as iniciativas se caracterizam pela substituição da díade repressão/punição pela noção de respeito aos direitos humanos e cidadania. Constituem-se uma exceção no panorama prisional nacional juvenil ou adulto. Elas mostram que é possível humanizar o atendimento à população infratora enfatizando a garantia plena dos direitos.

Dar prioridade ao cumprimento dos direitos humanos em instituições totais é uma mudança radical e urgente para se modificar a atual situação prisional. A difícil realidade e os problemas enfrentados no Educandário Santos Dumont, a pequena unidade feminina localizada na Ilha do Governador, não podem ser compreendidos como resultantes de dificuldades estruturais, conjunturais e relacionais apenas dessa instituição. Eles não dependem de quem seja o dirigente ou da atuação de um grupo profissional específico. São fruto de uma lógica perversa, cristalizada em práticas generalizantes, excludentes, preconceituosas e paralisantes, calcadas, sobretudo, em atuações repressivas.

Apenas por meio de um "novo começo" respaldado na vivência concreta dos direitos humanos é que se poderá vislumbrar um futuro melhor para aqueles que vivem parte de suas vidas nessas instituições, sejam eles funcionários ou infratores. Só assim governantes e sociedade civil poderão sentir-se participantes e satisfeitos com a existência de unidades que realmente cumpram sua função social, que é a ressocialização de jovens e a melhoria das condições de suas vidas e de suas famílias.

Esse "novo começo", mesmo que possível apenas como metáfora, precisa acalantar nas jovens a esperança de viver, nutri-las com confiança nos adultos e nas instituições, estimulá-las para o desenvolvimento da capacidade intelectual e da criatividade, ensinando-as a perceber que podem ser amadas sem que precisem abrir mão de sua autonomia e auto-estima. Somente com um atendimento que congregue os aspectos afetivos e os cognitivos é que poderão ser resolvidos os problemas que tocam o universo feminino, delicado e profundo em sua essência, mas forte por natureza.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, S. G. *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BASTOS, M. *Cárcere de Mulheres*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.
- BECKER, H. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRASIL. *Código Penal*. Organizado por Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1983. BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Políticas Públicas e Estratégias de Atuação Socioeducativa aos Adolescentes em Conflito com a Lei. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.
- CAMPOS, D. *O Teste do Desenho como Instrumento de Diagnóstico da Personalidade*. Petrópolis: Vozes, 1969. CARRILLO, R. Violencia contra las mujeres. In: CARRILLO, R. (Org.) *Las Mujeres Contra la Violencia: rompendo el silencio*. New York: Unifem, 1997.
- CHARAN, I. *O Estupro e o Assédio Sexual: como não ser a próxima vítima*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- CHESNEY-LIND, M. *The Female Offender: girls, women and crime*. New York: Sage Publications, 1997.
- CHESNEY-LIND, M. & HAGEDORN, J. M. *Female Gangs in America: essays on girls, gangs and gender*. Chicago: Lake View Press, 1999.
- COSTA, A. C. G. *Aventura Pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa*. São Paulo: Columbus, 1990.
- COSTA, A. C. G. *Encontros e Travessias: o adolescente diante de si mesmo e do mundo*. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 1999a.
- COSTA, A. C. G. *Pedagogia e Justiça: a responsabilização penal do adolescente*. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 1999b.
- COWIE, J.; COWIEN, V. & SLATER, E. *Delinquency in Girls*. Londres: Hinemann, 1968.
- DANTAS, S. M. C. *Dos Apelos e Atropelos do Menor nos Processos de Institucionalização*, 1985. Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DUQUE-ARRAZOLA, L. S. D. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p.343-402.

- FARINATTI, F.; BIAZUS, D. B. & LEITE, M. B. *Pediatria Social: a criança maltratada*. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.
- FROTA E SILVA, P. S. *Guia do Adolescente Internado*. Belém: Juizado da Infância e Juventude de Belém, 1998.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MENOR. FEEM-RJ. *Perfil da Clientela Assistida*. Rio de Janeiro, 1982.
- GARBARINO, J. *Lost Boys: why our sons turn violent and how we can save them*. New York: The Free Press, 1999.
- GARBARINO, J.; GUTTMAN, E. & SEELEY, J. *The Psychologically Battered Child*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1986.
- GIDDENS, A. A. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- GOMES, R. *O Corpo na Rua e o Corpo da Rua: a prostituição feminina em questão*, 1994. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- GOMES, R. A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas, *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1):156-167, 1994. Suplemento.
- HEIDENSOHN, F. M. *Women & Crime*. New York: New York University Press, 1995.
- HEISE, L. Gender based abuse: the global epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, (10), supl. 1, 1994.
- LEMGRUBER, J. *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 1.ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- LEMGRUBER, J. *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- MERTON, R. K. *Social Theory and Social Structure*. London: Free Press of Glencoe, 1957.
- MINAYO, M. C. et al. *Fala, Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MUZA, G. M. Da proteção generosa à vítima do vazio. In: *Exercício da Paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p.141-150.
- MUZIO, P. A. A. Paternidade (Ser Pai)...: para que serve? In: *Exercício da Paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p.165-174.
- OFFICE OF JUVENILE JUSTICE AND DELINQUENCY PREVENTION – OJJDP. *Juvenile Offenders and Victims: 1996. Update on violence*. Pittsburgh: National Center for Juvenile Justice, 1996a.
- OFFICE OF JUVENILE JUSTICE AND DELINQUENCY PREVENTION – OJJDP. *Female Offenders in the Juvenile Justice System*. Pittsburgh: National Center for Juvenile Justice, 1996b.
- OFFICE OF JUVENILE JUSTICE AND DELINQUENCY PREVENTION – OJJDP. *Juvenile Female Offenders: a status of the States report*. Pittsburgh: National Center for Juvenile Justice, 1998a.
- OFFICE OF JUVENILE JUSTICE AND DELINQUENCY PREVENTION— OJJDP. *Guiding principles for promising female programming: an inventory of best practices*. Pittsburgh: National Center for Juvenile Justice, 1998b.
- OLIVEIRA, M. B. *As Implicações Psíquicas no Ato Infracional de Repetição*. Rio de Janeiro: 2a. Vara da Infância e da Juventude, 1995. 5º relatório parcial de pesquisa realizada no Educandário Santos Dumont.
- PEREIRA, G. M. M. G. *A Ilha do Diabo: instituição e poder – Análise de suas representações pelas internas no Educandário Santos Dumont*, 1993. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RICHARDSON, H. J. *Adolescent Girls in Approved Schools*. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.
- SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Ventos, 1997. p.135-211.
- SEIXAS, A. M. *Sexualidade Feminina: história, cultura, família, personalidade e psicodrama*. São Paulo: Senac, 1998.
- SHAW, C. R. & MCKAY, H. D. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Revised edition. Chicago: University of Chicago Press, 1969.
- SHOEMAKER, D. J. *Theories of Delinquency: an examination of explanations of delinquent behavior*. New York: Oxford University Press, 1996.
- SILVA, H. H. *Cadê Minha Fada Madrinha? Meninas infratoras internadas na cidade do Rio de Janeiro*, 1994. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SNELL, T. L. & MORTON, D. C. *Women in Prison (special report)*. Washington, D.C.: Bureau of Justice Statistics, 1994.
- SORJ, B. O feminino na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, O. & BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. São Paulo, Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, Rosa dos Ventos, 1992. p.15-22.
- SWAFFER, T. & HOLLINS, C. Adolescents' Experiences of Anger in a Residential Setting, *Journal of Adolescence*, 20(5), 1997.
- THOMAS, W. I. *The Unadjusted Girl*. Boston: Little Brown, 1923.
- VENGUER, T. et al. Violencia Doméstica: un marco conceptual para la capacitación del personal de salud. México: Population Council/Inopal III, 1998. (Documentos de trabalho, 24)
- ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ, Revan, 1994.

[Faint, illegible text visible through the paper from the reverse side]



**ARMAZÉM
DAS LETRAS**
GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Rua Prefeito Olímpio de Melo, 1599 - CEP 20930-001
Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 3860-1903
e.mail: arm.lettras@openlink.com.br